



OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

do

GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»



ANO XIV - N.º 53

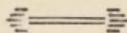


JANEIRO 1951

TEODORO LOPES RAMOS



O MAIS ANTIGO FABRICANTE
DE LANTERNAS estilos
D. JOÃO V, RENASCENÇA,
POMBALINO, D. MARIA I, etc.



FORNECEDORES de LANTERNAS para MINISTÉRIOS
O. P. PALÁCIO DE QUELUZ, POUSADAS
de TURISMO, S. P. N. PALÁCIOS e SOLARES
————— PORTUGUESES etc. —————



119 - RUA DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 119

(ESQUINA DA TRAVESSA DA QUEIMADA)

L I S B O A

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

Sede - Rua do Comércio, 85 - LISBOA

Sucursal - R. do Infante D. Henrique, 73 - PORTO

Serviço rápido de carga e passageiros para a África Ocidental, África Oriental e América do Norte

FROTA DA C. N. N.

NAVIOS DE PASSAGEIROS

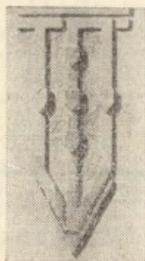
	Tons. dw.
«Angola»	9.550
«Moçambique»	9.423
«Niassa»	9.630
«Índias»	7.000
«Quanza»	6.230
«Zambézia»	1.857
«Lurio»	1.505
«Luabo»	1.475
«Timor»	7.000

NAVIOS DE CARGA

	Tons. dw.
«Sofala»	12.145
«Moçamedes»	9.120
«Rovuma»	9.100
«S. Tomé»	9.050
«Nacala»	3.370
«Angoche»	1.200
«Lagós»	1.680
«Saves»	em construção

AGÊNCIAS EM TODOS OS PORTOS AFRICANOS E NOS PRINCIPAIS PORTOS DO MUNDO

CAPTAÇÕES
DE AGUA
SUBTERRÂNEA



FUNDAÇÕES
DE TODOS
OS GÉNEROS

(Um quarto de século de especialização técnica)

Empresa de Sondagens e Fundações
TEIXEIRA DUARTE, L.^{DA}

Rua da Betesga, 57, 3.º Esq.

LISBOA

Empresa Insulana de Navegação

Sede — Rua Nova do Almada, 11-1.º — LISBOA

Telefones: 23271/2/3 — Telegramas: BENS AUDE — LISBOA

CARREIRAS REGULARES ENTRE

LISBOA, MADEIRA E AÇORES

Saídas em 8 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Santa Cruz), S. Jorge (Calheta), Pico (Lages) e Faial.

Saídas em 23 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Praia), S. Jorge (Velas), Pico (Cais), Faial, Corvo e Flores (Lagens e Santa Cruz).

A escala da Ilha do Corvo só se efectua nos meses de Maio, Junho, Julho, Agosto e Outubro, tocando também o vapor naquele porto no mês de Fevereiro, só para troca de correspondência e serviços de passageiros.

A G E N T E S

EM LISBOA

GERMANO SERRÃO ARNAUD

Carga

Avenida 24 de Julho, 2, 2.º

Telef. 2 0214/15

Passagens

Rua Augusta, 152

Telef. 2 0216

NO PORTO

SOCIEDADE GERAL DE REPRESENTAÇÕES, L.^{DA}

Na Madeira

BLANDY BROTHERS & C.^o, L.^{da}

Em S. Miguel

BENSAÚDE & C.^a, L.^{da}

**TODOS OS PRODUTOS DA
COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS**

**SUPERIOR, FRANCÊS, VIRGINIA, HOLANDÊS, TIP-TOP, VIC,
AVIZ, PROVISÓRIOS, TAGUS, LISBOAS, SPORTING, ETC., ETC.**

são fabricados com ramas escolhidas, pelos processos mais modernos,
para bem servir os fumadores

Secções de Tipografia, Encaderna-
ção e Pautação. Trabalhos simples
e de luxo

**PAPELARIA
CAMÕES**

DE

**AUGUSTO, RODRIGUES & BRITO,
LIMITADA**

Pincéis, telas e tintas de óleo, para
aguarela, desenho e guaches das
marcas: Lefranc, Windsor, Pelikan
e Schmincke



42 — Praça Luís de Camões — 43
Telef. 23063 — LISBOA

**FÁBRICA DE LOIÇA
DE SACAVÉM, L.^{DA}**

1850-1950
ANO CENTENÁRIO

TEL. P.B.X. **FAIANÇAS** TEL.
2 4958 DE LOIÇA
2 3902 **FANTASIA** LISBOA

**E DE USO DOMÉSTICO
LOIÇA SANITARIA E
DE GRÉS CERAMICO
AZULEJOS-MOSAICOS**

A MAIS PERFEITA FABRICAÇÃO

LISBOA

AV. DA LIBERDADE, 49 / 57

PORTO **COIMBRA**
R. CARMELITAS, 40 R. DR. RODRIGUES, 13
Tel. 22033 Tel. 3546

Bertrand (Irmãos), L.^{da}

**FOTOGRAVURA
TIPOGRAFIA**



**FOTÓLITO
DESENHO**

T. Condessa do Rio, 27 — Telef. 21368 21227

COMPANHIA

DE

DIAMANTES DE ANGOLA (DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
com o capital de Esc. 179.300.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes na Colónia
de ANGOLA em regime de exclusivo

SEDE SOCIAL:

LISBOA — Rua dos Fanqueiros, 12 - 2.º — Teleg. DIAMANG

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cor. António Lopes Mateus

PRESIDENTE DOS GRUPOS ESTRANGEIROS

Mr. Firmin Van Brée

VICE - PRESIDENTE

Banco Burnay

ADMINISTRADOR - DELEGADO

Com. Ernesto de Vilhena

Direcção Geral na Lunda

Director geral

*Eng.º Rolando Sucena Baptista
de Sousa*

Representação em Luanda

Representante

*Cap. Mário Augusto
da Costa*

CIMENTO TEJO

CANTARIAS — MÁRMORES

ANTÓNIO MOREIRA RATO & F.^{os}, L.^{da}

Telefone 60879

Telegramas — RATOFILHOS

Avenida 24 de Julho, 54-F.

LISBOA



EMPRESA NACIONAL DE APARELHAGEM ELÉCTRICA T.º 4317-4318
L.º 1100-LAMPARAS
AVENIDA 24 DE JULHO 128-LISBOA

ADQUIRIR O NOSSO MATERIAL
É GARANTIA DE ÓBTER MATE-
RIAL DE QUALIDADE
SUPERIOR

LUMIAR

MOTORES ELÉCTRICOS — TRANSFORMADORES
GERADORES

ENAE
Fabrica nacional

COMPRAMOS

LIVROS DE BONS AUTORES

*

GRANDES E
PEQUENAS
QUANTIDADES

*

Livraria Garrett, 36

LISBOA

MÉTODO CALIGRÁFICO

por PINTO DE MESQUITA, professor jubilado

Acaba de sair a 7.^a edição O mais completo de todos os métodos. Um volume com 110 modelos, 17\$50. Do mesmo autor: **Cadernos com Pautas Caligráficas**, adaptadas ao método, riscado especial para **Letra Inglesa — Cursivo — Cursivinho Bastardo — Bastardinno** — cada 3\$00. **Resumo de Taquigrafia Comercial**, 2.^a edição, com mapas geométricos representativos da formação dos signos (letras e sons), 10\$00. **Premiados com as medalhas de prata e bronze nas Exposições do Rio de Janeiro, 1908-1922** Pedidos à

LIVRARIA ALBANO DE SOUSA & BARBOSA L.^{DA}

Largo Martins Moniz 2.º Pavilhão (Ourivesarias) Loja n.º 2 - Telef 31456-LISBOA

OURIVESARIA DA GUIA

FUNDADA EM 1875

JOIAS ♦ OURO ♦ PRATA ♦ RELÓGIOS

Rua Martins Moniz, 2-10 — Telefone 28336

Rua da Mouraria, 7-11 — LISBOA

Edições da "PORTUGALIA"

SOBRE LISBOA



A CARAVELA E OS CORVOS

por *SUSANNE CHANTAL*. — *Os oito séculos da história da Capital, num encantador livro de 500 páginas*

30\$00

A NOSSA LISBOA

por *MATOS SEQUEIRA* e *PASTOR DE MACEDO*. — *Prémio «Júlio de Castilho» da C. M. L.*

40\$00

GUIA E PLANTA DE LISBOA

por *NORBERTO DE ARAÚJO* e *ANTONIO SOARES*.

Edição portuguesa **15\$00**

Edição francesa **15\$00**

Edição inglesa **15\$00**



À venda em todas as Livrarias

Telef. 20244 Teleg. PAPELCAR

Papelaria

CARLOS

de Carlos Ferreira, L.^{da}

34, RUA DO OURO, 38

— LISBOA —



Especialidade em livros para
ESCRITURAÇÃO COMERCIAL



Grande sortido de artigos para
DESENHO E ESCRITÓRIO

==== PÉROLA DO ROCIO, L.^{DA}

ENVIO DE ENCOMENDAS

Para todo o País e Estrangeiro

Rocio, 105-Lisboa

Casa especializada em Chá,
Café, Bolacha, Bombons
e Chocolates

Telefone 20744

Oferta

27. JUL. 1988

M.

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XIV

JANEIRO DE 1951

NÚMERO 53

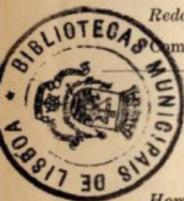
DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

Edição e Propriedade de

GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administração: Rua Garrett, 62, 2.º — Telefone 2 5711

Comp. e imp. na «Editorial Império, Lda.» — Rua do Salitre, 151/155



SUMÁRIO

Homenagem ao Presidente dos «Amigos de Lisboa».

A inscrição tumular do Bispo D. Fernando de Miranda, por *J. M. Cordeiro de Sousa*.

O Forte de S. Paulo ou da Tenência em 1793, por *Durval Pires de Lima*.

Lisboa, «que no mundo facilmente das outras és princesa», por *Luis Teixeira*.

O Palácio do Conde de Óbidos e a Cruz Vermelha Portuguesa, pelo *Coronel Carlos de Carvalho*.

S. Carlos, fim do Século, por *Sidónio Miguel*.

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

Homenagem

AO PRESIDENTE DOS
AMIGOS DE LISBOA

Prof. Dr. Celestino da Costa

NO dia 12 de Outubro deste ano, deu-se na sede do nosso grupo uma festa que, sem ter nada de espectacular, feita no mais singelo ambiente de intimidade afectiva, foi de um alto significado moral. Os corpos gerentes do «Grupo», não quiseram deixar despercebido um facto que o enobreceu e o dignificou, — a representação portuguesa no Brasil, levada a cabo pelo seu presidente Prof. Dr. Celestino da Costa, grande figura do cientismo português. Aproveitando o ensejo da sua chegada, depois da efectivação de uma série de conferências e lições, que afirmaram perante os homens de ciência brasileiros, a sua categoria de primeiro plano, o valor de uma obra científica universalmente respeitada, e a indiscutível importância do seu labor na *História da Medicina Portuguesa*, os «Amigos de Lisboa», desvaneceram-se em demonstrar-lhe o seu apreço e o seu reconhecimento, numa simples reunião, em que os representantes da massa associativa, tiveram ocasião de endereçar-lhe o seu cumprimento. As palavras do Dr. Alberto Mac Bride, presidente da Assembleia Geral, de Gustavo de Matos Sequeira, vice-presidente da Direcção, e de Leitão de Barros, vogal da Junta Directiva, expressaram, perante numerosos sócios, que acudiram, sem convite, a tal festa, o seu reconhecimento pela obra de divulgação científica, acrescida ainda por uma brilhante conferência sobre Lisboa, no Liceu Literário Português do Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo fazia-se a inauguração de algumas obras de restauro e arranjo nas salas da sede, para melhoria dos serviços de secretaria e para maior conforto dos sócios, as quais foram visitadas depois dos aplausos prestados ao nosso ilustre Presidente.

A INSCRIÇÃO TUMULAR

DO BISPO

D. FERNANDO DE MIRANDA

por J. M. CORDEIRO DE SOUSA

N o vão de um arco da chamada *Capela dos Mirandas*, porventura o seu antigo altar, na linda igreja de S. Cristóvão de Lisboa, foram empilhados os túmulos e algumas loisas sepulcrais que a ornavam, com o estulto propósito de aproveitar espaço e adaptarem-na a sacristia da irmandade do Santíssimo Sacramento.

Perderam uma venerável capela, e não lograram uma ampla sacristia.

Diz-nos o sr. Major Figueiredo e Silva ⁽¹⁾, que tal barbaridade foi cometida «depois de 1659». O arco terá sido feito na «grande reconstrução do século XVII» ⁽²⁾, mas o seu aproveitamento para a arrumação dos moimentos é evidentemente posterior. Talvez date das importantes obras de 1839 a que se refere Gonzaga Pereira ⁽³⁾. Aquela sem-cerimónia com que se procurou dar um fim *utilitário* à velha capela-jazigo, desimpedindo-a das sepulturas dos nobres padroeiros, tresanda a liberalismo.

Fosse quando fosse, valeu-nos que o solícito arrumador dos sepulcros, no seu irrisório critério artístico, os deixasse com as inscrições para o exterior, conservando, acaso sem o pressentir, as únicas informações coetâneas que nos chegaram acerca desses homens tão notáveis na história e na política do seu tempo.

De entre todas logo se nos depara por mais extensa e curiosa, a inscrição tumular do Bispo D. Fernando de Miranda, «verdadeira página de História», como a classificou o ilustre arqueólogo sr. Dr. Mesquita de Figueiredo, numa carta em que amavelmente me sugeria o seu estudo.

⁽¹⁾ *A igreja paroquial de S. Cristóvão*, in «Olisipos», vol. X, p. 32, 1947.

⁽²⁾ *Idem*.

⁽³⁾ *Monum. sacros*.



O Sr. Prof. Celestino da Costa com os «Amigos de Lisboa» que lhe prestaram a homenagem no dia 12 de Outubro último



A inscrição tumular do Bispo D. Fernando de Miranda

Em verdade, o longo epitáfio do «muito manífico» Bispo de Viseu, tem sido sempre publicado com erros de leitura. Que me recorde ou saiba, transcreveram-no:

Jorge Cardoso, no *Agiológio Lusitano*, tomo II, p. 769.

Sousa, na *História Genealógica*, tomo XII, cap. VIII.

Amado, na *História da Igreja cat. em Port.* tomo II, p. 109.

Aragão, em *Viseu (Apontamentos hist.)*, tomo II, p. 220.

Sousa Viterbo, em *A batalha de Touro*, p. 73.

Ascensão Valdez, nos *Campanários de Portugal*, in «Bol. da Ass. dos Arqueólogos Port.» vol. XII, série 5.^a, p. 412.

Ferreira de Andrade, *A freguesia de S. Cristóvão*, vol. I, p. 31.

Foi por mim também publicado no volume *Inscrições portuguesas de Lisboa*, editado pela Academia Portuguesa de História.

Agora transcrevo-o de novo, reconstituindo-lhe as palavras que se encontram mutiladas, substituindo-lhe os sinais, a posição dos caracteres elevados e do til sobre os QQ, etc., que a tipografia mecânica não pode reproduzir.

Está escrito em 12 linhas de caracteres góticos minúsculos interrompidas a meio (excepto a 4.^a e a 5.^a) pela escultura do brasão mitrado dos Mirandas: «em campo de oiro uma aspa de vermelho entre quatro flores de lis de verde» (*).

Resa assim:

- 1) — [S^A] DO M^{TO} · MANIFICO · R^{DO} · S^{OR} · D^O · FR^{DO} : DE : MIRADA · BPO : DE UISEU · Q : AQ[I]
- 2) — [I]AZ · FOI · C^AADO · HE · CAPEL^A · MOR : DELREI · D^O · A^O · O Q^{NTO} : O QUAL · S(ER)U^O · C · TANTA · LEALDAD[E]
- 3) — [Q] MERECEO · S(ER) MUI ACEPTO · DELE · HE · FOI · C^O ELE · NA TOMADA · DARZILA · E NA BATALHA : DE · T[ORO]
- 4) — AC^O · PANHADO · S^EPRE · E · T^{OS} · PRIGOS · E · Q : SE UJO · DE MANIRA · Q · DOS · CINCO · Q · C^O : ELE · FICAR^O · FOI · H^U · DEL[ES]
- 5) — E S(ER)U^O · O SR NO AUTO · MILITAL · MUITOS · ANOS · SEGUINDO · LHE · OS · PASOS · DO[S · Q] · DECENDE · E POR · SU[A]
- 6) — [U]ERTUOSA · UIDA · O DCTO SOR : QUIS Q · SE MUDASE · AO ESTADO · CLICAL

(*) Vilas-Boas, *Nobiliarchia Portuguesa*.

- 7) — E POR · SEU · FALICIMETO · FI[COU ·] CAPELÃ : MOR · DELREY · DÕ · Yõ · O SEGõ
- 8) — SÊ Fõ · O QL · O FEZ B'PO · DE UISÊ E FOY · BPO · XXIII · ANOS E GORUENÕ
- 9) — U'TUOSAMÊTE E LHE DEU RICUS HORNAMETOS E UIUEO · SÊP' · Ê
- 10) — TÃTO RECOLHIMETO E HONESTIDADE Q OPINIÃ · DE MROS · ERA · A
- 11) — UIDO P(ER) U'GÊ E FEZ · TAL · UIDA Q SEGõ · NOSA FE[E · A]GORA · UIUE BEÃ
- 12) — UETURADO · P'A SÊ [...] P E SE F'NOO · NA · FI · DABRIL DA ERA DE

Leitura:

Sepultura do muito magnífico reverendo senhor dom Fernando de Miranda, bispo de Viseu, que aqui jaz. Foi criado e capelão-mor del Rei dom Afonso o quinto, o qual serviu com tanta lealdade que mereceu ser mui aceito dele, e foi com ele na tomada de Arzila, e na batalha de Toro, acompanhando-o sempre em todos os perigos em que se viu, de maneira que dos cinco que com ele ficaram, foi um deles. E serviu o Senhor no hábito militar muitos anos, seguindo os passos dos (de) que descende.

E por sua virtuosa vida o dito senhor (D. Afonso V) quiz que se mudasse ao estado clerical, e por seu falecimento (de D. Afonso V) ficou capelão-mor del Rei dom João o segundo, seu filho, o qual o fez bispo de Viseu. E foi bispo 23 anos, e governou (a sua Sé) virtuosamente, e lhe deu ricos ornamentos. E viveu sempre em tanto recolhimento e honestidade, que (na) opinião de muitos era havido por virgem. E fez tal vida que, segundo nossa Fé, agora vive bem-aventurado para sempre. E se finou no fim de Abril da era de

Na análise paleográfica desta inscrição nota-se que:

Na 2.^a linha a primeira sílaba da palavra *serviu* está representada pelo corte do s (⁵). O mesmo sinal foi empregado na 3.^a e na 5.^a linhas.

Na mesma linha encontramos C com til por *com*, o que nunca foi usado na nossa escrita lapidar, e se acha corrigido nas 3.^a e 4.^a linhas.

Na 8.^a linha nota-se a estranha aplicação do til correspondendo à supressão do u final em *seu*, *Viseu*, e *governou*, erro que devemos atribuir à ignorância do canteiro.

Outra forma errónia de abreviar depara-se-nos nessa mesma linha na palavra B'PtilO, cuja grafia correcta é BPtilO (⁶), como se vê nessa mesma linha.

(⁵) Veja-se significação deste sinal in «*Apontam. de epigrafia port.*» do autor.

(⁶) Idem.

O emprego abusivo do apóstrofo repete-se ainda na 9.^a linha (U'TUOSAMÊTE e SÊP'), na 11.^a (U'GÊ), e na 12.^a (P'A e SÊP'), em vez do P cortado, e do I elevado na 11.^a linha na palavra *virgem*. O apóstrofo na palavra *finou* não é admissível, bem como os dois OO finais que tomariam o som aberto dessa vogal.

Há gemações nas linhas: 3.^a (AR em Arzila), 4.^a (HA em *acompanhando*, PR em *prigos*, QO em *cinco*, e AR em *ficarõ*), 5.^a (Do em *seguinte*), 9.^a (US em *ricus*, e OS em *hornamentos*), e 11.^a (DO em *avido*).

Na última linha existe um espaço correspondente à mutilação da palavra *sempre*, que não sei como seria preenchido. As duas primeiras letras são SÊ. Depois segue-se um espaço um pouco maior do que poderia corresponder a um M, se o E anterior não tivesse o til, e por fim um P com til que, como vimos atrás, teremos de ler *per*. SÊMPER? Mas o que então lá deveria estar seria SÊP til, ou SEMP til, embora a forma correcta fosse em qualquer destes casos o P cortado.

Diz-nos esta inscrição que D. Fernando foi capelão-mor de Afonso V, e de tal nos ficou testemunho nos grandes livros da Chancelaria real, mas o que ela não diz é que o Rei, sempre tão pródigo na concessão de mercês «aaquelles que bem e lealmente servem», o nomeara também para o seu conselho. No mesmo documento lhe são conferidos os dois cargos (?).

Diz-nos mais que antes estivera, como bom cavaleiro, com o seu Rei na tomada de Arzila em 24 de Agosto de 1471, e anos andados, na batalha de Toro, fora um dos cinco companheiros leais que seguiram o Monarca vencido na triste cavalgada daquelle anoitecer de 2 de Março de 1476.

Quanto à primeira dessas acções não nos trazem as crónicas o eco do seu nome; quanto à segunda, sabia-se que Afonso V, ao ver derrubada a sua bandeira, querendo «como desesperado» atirar-se para o turbilhão da luta, três dos seus partidários castelhanos: D. Gomez de Miranda que depois foi Bispo de Lamego, D. Pedro Alvarez de Sotomayor que veio a ser Conde de Caminha, e outro que pelo nome não perca, «que nesta peleja sempre o acompanharam», e «outros cavaleiros» (8), não lho consentiram, e se foram com ele a Castro Nuno, onde logo o alcaide lhe mandou entregar as chaves da vila e do castelo «em hum bacio de prata». Agora ficamos sabendo que esses *outros cavaleiros* não eram mais de dois, pois a inscrição nos diz que todos eram cinco, e que um deles era D. Fernando de Miranda.

Acrescenta ainda a inscrição que, simples cavaleiro, «no avito militar», D. Fernando seguira os passos, isto é: o exemplo de bravura

(?) Doc. I in fine.

(8) Góis, *Cron. do Príncipe João*, cap. 78.

e lealdade, daqueles de quem descendia. Vejamos quem foram seus maiores.

Do pai, Fernão Gonçalves de Miranda, sei apenas que viveu em tempos dos Reis D. Duarte e D. Afonso V, a cujo conselho pertenceu ⁽⁹⁾, e porventura terá acompanhado a Alcácer. Teve o morgado da Patameira, no aro de Torres-Vedras, ao qual agregou o padroado da igreja de S. Cristóvão de Lisboa, onde jaz, ou joveu, com o seguinte epitáfio:

AQVI JAZEM OS OSSOS DE
FERNAO GONCALVES DE MIRA
NDA E DE SVA MVLHER D. BRAN-
CA DE SOVZA QVE SE FINARAO NA
ERA DE 1466

Este não deve ser o primitivo letreiro tumular, que estaria escrito com caracteres góticos, como o do filho, e não condiz com o que nos dá Jorge Cardoso ⁽¹⁰⁾. Além disso está errado, pois em 1473 ainda vivia D. Branca.

O avô foi aquele Martim Afonso da Charneca, que após ter ido por embaixador a França, de volta ao Reino «se fez clérigo», e veio a ser Arcebispo de Braga. Mas enquanto jornadeou por longas terras, parece não ter guardado o recato devido ao seu futuro estado, pois de lá trouxe nada menos de sete filhos e filhas. Os seus sete pecados mortais!

O bisavô, Afonso Pires da Charneca, de Castela passara a Portugal em dias do Rei Formoso. Mais tarde tomou voz pelo Mestre de Aviz, e quando Nuno Álvares foi por fronteiro de Entre-Tejo-e-Odiana, e escolheu para «levar consigo até quarenta escudeiros bons», entre eles achou-se Afonso Pires ⁽¹¹⁾, que depois foi eleito para fazer parte do seu conselho pelos de Lisboa ⁽¹²⁾, e com ele deve ter estado nos Atoleiros naquela gloriosa «quarta-feira de Trevas do mês de Abril» de 1384.

Uma filha deste, D. Margarida Afonso, foi casada com o contador Diogo Aires, a quem duas inscrições de S. Cristóvão chamam *Diagares*:

AQVI JAZEM OS
OSSOS DE MARGA
RIDA AFFONCO
MVLHER QVE FOI
DE DIAGARES

AQVI JAZEM
OS OSSOS DE
DIAGARES

⁽⁹⁾ Jorg e Cardoso, *Agiol. Lusit.* tom. II, p. 769.

⁽¹⁰⁾ Idem.

⁽¹¹⁾ Fernão Lopes, *Cron. del Rei D. João I*, cap. LXXXVIII.

⁽¹²⁾ Idem id. cap. XCII.

Pelo lado materno D. Fernando era neto de Afonso Vasques de Sousa, a quem provavelmente por seus feitos chamaram *O Cavaleiro*, e de D. Leonor de Sousa, filha do Mestre de Cristo D. Lopo Dias de Sousa; e bisneto do 2.º Senhor de Mortágua, Martim Afonso de Sousa Chichorro, cujo apelido lhe vinha do avô, um dos bastardos do Rei D. Afonso III.

Quanto à confirmação do cargo de capelão-mor por D. João II, não encontrei o respectivo documento na Chancelaria do *Príncipe Perfeito*, o que, evidentemente não quer dizer que o não haja.

É pouco conhecida a vida deste virtuoso Prelado. Os autores que se lhe têm referido limitam-se, sem excepção, a repetir os escassos dados biográficos colhidos no seu epitáfio, sem mais investigar. Apenas Maximiano de Aragão ⁽¹³⁾, citando inútilmente D. Antóniõ Caetano de Lima ⁽¹⁴⁾, fornece algumas novas informações, sem no entanto nos dizer onde as colhera, ou sequer ter tido o cuidado de verificar a sua exactidão.

Conta-nos esse autor que D. Fernando de Miranda desempenhava na batalha de Toro as funções de capitão dos Ginetes, em substituição de Vasco Martins de Sousa Chichorro, e que depois, persuadido pelo Rei a seguir a vida eclesiástica, se preparara com os necessários estudos teológicos, e fora ordenado presbítero pelo Cardial D. Jorge da Csta. Indica o ano de 1481 como o da sua nomeação para capelão-mor de D. Afonso V, o que não é exacto pois a carta em que o Rei lhe concede esse cargo é de 25 de Fevereiro do ano anterior; e o de 1483 para o de guarda-mor da Rainha, mercê que não encontro registada na Chancelaria real. Acrescenta que D. João II o nomeou Bispo de Lamego, o que talvez seja confusão com o seu homónimo e companheiro de Castro Queimado, «e em seguida de Viseu».

Mais diz que em 1490 D. Fernando assiste às Cortes de Évora, «passando daí a Badajoz para acompanhar até Extremoz a Princesa D. Isabel», quando veio casar com o Príncipe D. Afonso, dando-lhe «as bênçãos» nupciais», e acompanhando-a depois até Évora.

Ora o que nos conta Garcia de Resende ⁽¹⁵⁾, é que, chegada àquela vila, «foy a Princesa descer à igreja de Santa Maria... onde o Bispo de Viseu D. Fernão Gonçalves de Miranda a recebeu com solene procissão». Quem ele nos diz que depois a casou, foi D. Jorge da Costa, e quem a acompanhou Évora, além da comitiva castelhana, foi D. Manuel com os Bispos de Évora, e de Coimbra, os condes de Monsanto e de Cantanhede, e o embaixador dos Reis Católicos ⁽¹⁶⁾.

⁽¹³⁾ *Viseu (Apontamentos históricos)*, vol. II.

⁽¹⁴⁾ *Geografia histórica*, tom. I, p. 367.

⁽¹⁵⁾ *Cron. del Rei D. João II*, cap. CXXI.

⁽¹⁶⁾ *Idem*, cap. CXXII.

D. Fernando deve então ter assistido às festas de Évora, mas Resende não o nomeia.

As Cortes de Évora haviam reunido em 24 de Março, e a chegada de D. Isabel a Badajoz verificou-se oito meses mais tarde, a 19 de Novembro, tempo evidentemente excessivo para a jornada do Bispo entre as duas cidades.

Outra afirmação do mencionado autor é que a 20 de Março de 1498 D. Fernando recebera do Rei «uma boa tença», e se retirara para o seu bispado. Ora a tença que efectivamente lhe foi concedida nessa data, era correspondente à moradia que D. João II lhe estabelecera quando vivesse na Corte ⁽¹⁷⁾. Aquela é de 48.000 reais, esta era de 4.000, o que nos 12 meses do ano perfaz a mesma quantia. Depois conta que no ano seguinte esteve presente nas cerimónias da trasladação do cadáver do Príncipe Perfeito para a Batalha, e em verdade assim foi, pois segundo Garcia de Resende ⁽¹⁸⁾, ali esperavam a tumba real, com as cruzeiras da Sé de Évora, de Santa Cruz de Coimbra, de Alcobaca, e do Mosteiro da Batalha, os Bispos da Guarda, de Lamego, de Tânger, e de Viseu,

Por último informa-nos de que para a sua Sé mandara pintar o retábulo do altar-mor, o que é confirmado por Luís Reis Santos, ao aventar que «no primeiro illustro do século XVI» o Bispo D. Fernando de Miranda, deve ter contratado com Vasco Fernandes, essa pintura ⁽¹⁹⁾; e que «morreu em Lisboa, sua pátria, nos fins do mês de Abril de 1505, sendo sepultado numa das paredes da capela dos Mirandas».

Numa das paredes quererá dizer que o sepulcro estaria encostado a uma delas? Sendo assim, uma vez retirado da sua actual posição, e verificado que era ali o altar; poderemos saber a qual das paredes estava encostado, pois como eclesiástico mandava a liturgia que tivesse a cabeceira para esse lado. Quanto aos seus nascimento e falecimento na capital, nada sei.

Na inscrição deixaram por insculpir o ano do passamento e é evidente que não pode, como em tantos outros casos em que a sepultura é encomendada pelo que há-de vir a ocupá-la, atribuir-se a falta a tal motivo, pois ali se indica o fim de Abril. O *Agiológio*, a *História Genealógica*, etc., que aliás dão a inscrição bastante alterada, precisam o ano de 1505, mas eu, confesso, não consegui vislumbrar qualquer data no moimento. Estou porém em boa companhia: Ascensão Valdez, que examinou cuidadosamente a inscrição, também não a encontrou.

Esta igreja de S. Cristóvão foi classificada *Imóvel de interesse público* por decreto de 27 de Março de 1944. Bastava o seu formosíssimo tecto seiscentista para justificar plenamente a modesta classifi-

⁽¹⁷⁾ Vide doc. II in fine.

⁽¹⁸⁾ *Obr. cit. p. 89* (ed. 1752)

⁽¹⁹⁾ *Vasco Fernandes e os pintores de Viseu no séc. XVI*, p. 18.

cação. Não seria, pois, demais que o «Grupo Amigos de Lisboa» pedisse à Direcção Geral dos Monumentos, a quem a arqueologia nacional tanto deve, o restauro da velha *Capela dos Mirandas* em cujo pavimento, segundo me informa o Rev. Prior, se occultam sob o carunchoso soalho algumas campas epigrafadas.

DOCUMENTOS (1)

I

Dom Afonso, etc. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que, avendo nós Respeito aos muytos serviços que temos Recebidos de Fernam Gonçallvez de Miramda, e esgoardando seus merecimentos e linhagem de que elle descende, e como toda homrra e acrescêtamento e merçee que lhe façamos nos tem muyto mereçada, queremdo lhe em allguã parte gallardoar como a nós cabe; nós ho fazemos ora do nosso cõselho, e lhe damos a nosa capelanya moor, asy como a tynha Gonçalo de Lamego, que se finou, e como o tiverom todos seus antecessores, com as bullas, grassas, poderes, liberdades e pervillegios que a ella pertemçem, tam sumariamente como a teve o dito Gonçalo de Llamegu, e todollos outros seus antecessores, como dito he.

E porem mamdamos ao noso da capella, e ao dayam della, e aos capelaees e officiaaes camtores perante a que esta nosa carta for mostrada, que ajam daquy em diamte ao dito Fernam Gonçalves por nosso capellom moor, e outro allguũ nom. E lhe obedeam muy imteiramente a todo que lhes elle mandar, como a seu officio pertẽce, por quanto nós lhe fazemos dello merçee, como dito he. E em testemunho dello lhe mandamos dar esta nosa carta dada em a villa de Viana a XXb dias do mes de fevereiro. Amrrique de Figueiredo, escripvam da fazenda a fez. Anno de noso Senhor Jhesu Cristo de mil e IIIILXXX.

— *Torre do Tombo, Chancelaria del Rei D. Afonso V, liv. 32, fol. 45* —

II

Dom Manoell etc. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que, queremdo nós fazer graça e merçee a dom Fernando de Miramda, Bispo de Viseu, e capellam moor que foy del Rey dom Joham, meu Senhor, que Deus aja, temos por bem e nos praz que des primeiro de Janeiro que ora pasou da era persemte de mill IIIILRbIII em diamte, elle tenha e aja de nós de temça em cada huũ anno, em quanto nosa merçee for, corenta e oito mill rreaes, que he outro tanto como avya de sua moradia em casa do dito Senhor, a Razam de quatro mill rreaes por mes.

E porem mamdamos aos veadores da nosa fazemda que lhe façam asemtar os ditos corenta e oito mill rreaes em os nosos llivros da dita fazemda, e dar carta delles em cada huũ anno pera llugar homde delles aja mui bom pagamento. E por firmeza dello lhe mandamos dar esta nosa carta por nós hasynada e asellada do noso sello pemdente.

Dada em a nossa cidade de Lixboa aos XX dias do mes de Março. Pero Guomez a fez. Anno do naçimento de noso Senhor Jhesu Cristo de mil IIIILRbIII annos.

— *Torre do Tombo, Chancelaria del Rei D. Manuel, liv. 31, fol. 104 v.* —

(1) Na transcrição destes documentos faço algumas actualizações para a sua mais fácil leitura, como: pontuação, adopção de maiúsculas nos nomes próprios, substituição do *u* pelo *v*, e o desenvolvimento das abreviaturas; mas mantive os erros de ortografia, e certas regras que além de não dificultarem, entendo que não temos o direito de desrespeitar, pois eram observadas na escrita da época.

O FORTE DE S. PAULO

OU DA

TENÊNCIA EM 1793

Comunicação apresentada à Primeira Conferência Bial dos «Amigos de Lisboa», pelo sócio efectivo fundador

DURVAL PIRES DE LIMA

PARA um longo trabalho há muitos meses planeado, o qual penso poder representar, sem imodéstia, um complemento de relativo valor a alguns dos capítulos da «*Ribeira de Lisboa*», de Júlio de Castilho, anotados, corregidos e acrescentados em certos passos pelo meu Amigo e nosso consócio Senhor Pastor de Macedo, possuía já, entre outras migalhas, esta que trago, como contribuição modesta, à 1.^a Conferência bial dos Amigos de Lisboa, isto é, mais uma achega para a história do antigo forte de S. Paulo, também designado por Forte da Artilharia ou da Tenência.

A notícia, do final do século XVIII, e a planta do forte são extraídas do processo de incorporação nos Próprios da Fazenda Real de umas propriedades particulares; a planta de parte da Freguesia de S. Paulo tirei-a, por decalque, de um outro processo, sobre a restauração da paróquia. Ambas as peças documentais pertencem à valiosíssima colecção da *Inspecção dos Bairros de Lisboa*, criada logo a seguir ao Terramoto de 1755, hoje guardada em um dos anexos da Torre do Tombo, o Arquivo dos Feitos Findos, colecção que tem merecido ao seu Conservador os maiores cuidados e que está em vésperas de possuir um Inventário por bairros, arruamentos e nomes dos proprietários, já em pequena parte publicado nos «*Anais das Bibiotecas e Arquivos*».

Após este preâmbulo, que me pareceu necessário, cumpre-me recordar uns períodos de Júlio de Castilho: «Logo em seguimento à igreja paroquial de S. Paulo, via-se do mar, no sítio onde é hoje a praça de D. Luís um forte, a pouca altura da água, com aspecto desmantelado e triste, como ainda as minhas vagas reminiscências mo deixam entrever. Da entrada do forte lembro-me muito bem; era um nobre portão pombalino, ao fundo de uma reintrância no topo ocidental da rua da Ribeira Nova, na esquina sul da travessa de S. Paulo». Assim era um dos redutos da defesa costeira de Lisboa, e dele assim se lembrava o

Mestre, a meio do 3.º quartel do século passado. A sua intuição fazia-o datar da centúria de Seiscentos, e não se enganou: Comparticipava da cintura fluvial, construída por ordem de El-rei D. Afonso VI, a conselhos do general alemão conde de Schönnenberg.

Com outros dois destinava-se à guarda ribeirinha da cidade, desde os Remolares ao Terreiro do Paço. Vindo poente eram: o de S. Paulo, a nascente da actual Praça de D. Luís, portanto ao sul da igreja moderna de S. Paulo, onde é o Mercado de 24 de Julho, o dos Remolares, no terreno ao norte da Estação da Sociedade Estoril, no lado ocidental do largo do Cais do Sodré, e o de S. João, no próprio Terreiro. Este último era anterior à Restauração pois nele se travou breve luta entre os amotinados e a guarnição castelhana, na manhã do 1.º de Dezembro, muito embora não apareça na gravura de Serrão, na vista do flamen-go Stoop, na planta de Tinoco (1650) e em outra, anónima, com a topografia da cidade antes do Terramoto (Biblioteca Nacional, Cart.ª, pasta M, n.º 51), onde aparece, porém, desenhada parte do forte dos Remolares.

O forte de S. Paulo entraria no plano de defesa costeira elaborado pelo engenheiro francês Gillot, em 1651, e apresentado ao Príncipe D. Teodósio, ou pelo contrário incluir-se-ia no projecto de Nicolau de Langres? Se assim é, se este último se não contentou em traçar o campo entrincheirado, o desenho do códice da Biblioteca Nacional é omissis neste ponto. Sobre o assunto nada nos diz o académico senhor Capitão Gastão de Melo Matos que na monografia «*Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*» estuda com a minúcia e cuidado que lhe são peculiares a colecção de debuchos da nossa biblioteca pública, atribuindo, para o plano de fortificação de Lisboa, uma data anterior a 15 de Março de 1653, dia da morte do Príncipe real, a quem ela foi dedicada.

Sobre o fortim de S. Paulo sabe-se ainda, conforme a anotação 12 do Tomo IV da «*Ribeira*», 2.ª edição, da autoria de Pastor de Macedo: que em 1777 era designado por parque de artilharia; que decorridos 18 anos, por Aviso de 12 de Julho, foi entregue aos Serviços da Marinha e nele se instalou o destacamento da Brigada Real que abandonara o forte de Xabregas — destinar-se-ia a parada de exercícios, construindo-se nele nova bateria; que em 1834, por Portaria de 20 de Maio, foi mandado ao comandante da Brigada, recém-extinta, o major José Guilherme, entregá-lo ao Comandante do Forte; finalmente, que em 1855 estava de novo convertido em parque de artilharia. E mais não diz o Anotador que mereça especial referência.

Outro consócio nosso e meu amigo, o senhor Luís Chaves, num escrito publicado nessa revista a tantos títulos prestimosa, a «*Feira da Ladra*» (Para a história da defesa da cidade e porto de Lisboa, t. VI), entre as obras militares constantes do mapa organizado pelo tenente-general Luís Inácio Xavier Palmeirim, em 1833, aponta a

bateria de morteiros do Cais do Sodré. Seria uma obra de fortificação provisória, a bateria do forte dos Remolares ou a do de S. Paulo, mandada fazer em 1795? Só o exame do plano de Palmeirim—o que me não foi possível—poderá resolver a dúvida. Inclino-me, porém, para a segunda hipótese. Também há mais de dez anos, trabalhando ainda na Torre do Tombo, lembro-me, embora sem poder precisar, de ter encontrado em papéis da Intendência Geral da Polícia, do tempo de Junot, menção do mesmo forte da Tenência, que teria sido reparado na expectativa de um desembarque dos ingleses.

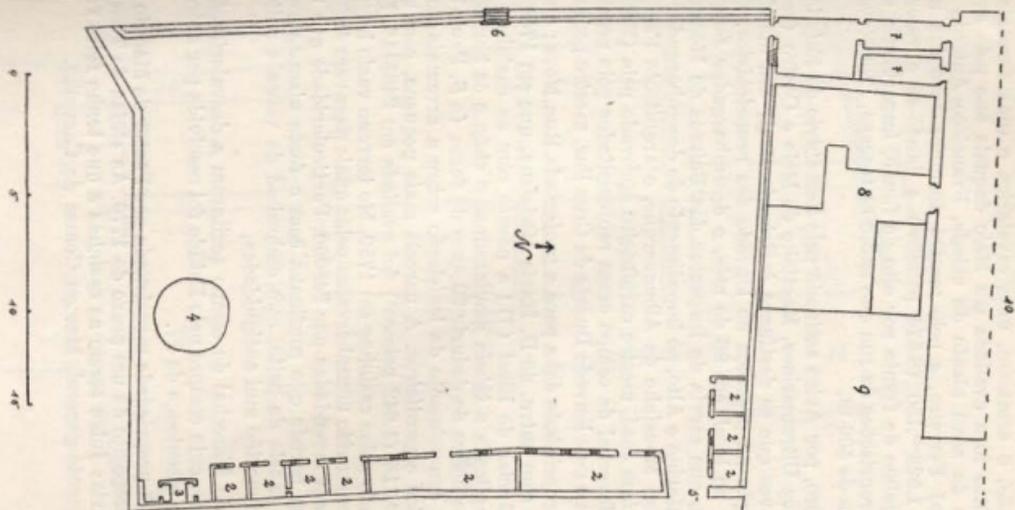
E dito isto, passemos à achega.

Ao norte do forte havia em 1748 um terreno com armazéns e umas casinhas com duas lojas e dois sobrados, tudo propriedade de Tomás Gomes da Cruz. As casinhas tinham as confrontações seguintes: a N o largo de S. Paulo; a E o resto da propriedade; a S e O o Forte. Essas moradias eram livres de qualquer encargo, afora um cruzado por ano para S. Paulo. A 9 de Agosto, o proprietário e seus filhos venderam as casinhas pela quantia de 400 mil rs. a António Martins de Almeida, homem que vivia de suas fazendas e residia na Rua do Outeiro. O comprador só exigiu metade da sisa (206\$400). Volvido quase um ano o Cruz desfez-se, em benefício do mesmo comprador, do resto da propriedade, isto é do armazém e do chão, pela importância de 4 contos de réis (escritura de 2 de Abril).

Por pouco tempo permaneceu nas mãos o novo proprietário. Com efeito, por escritura redigida no cartório de António da Silva Freire em 18 de Dezembro de 1750, consta ter o mesmo Martins de Almeida vendido o total da propriedade, pelo mesmo preço, livre de sisa, ao tenente-general de artilharia Manuel Gomes de Carvalho e Silva, Fidalgo de Sua Majestade, cavaleiro-professo na Ordem de Cristo, alcaide-mór de Aveiro e Comissário da Marinha. A escritura de outorga é do dia 23, e a ela estiveram presentes, como procurador do comprador Francisco José de Carvalho, e como testemunhas dois filhos do notário, José António da Silva e Tomás da Silva Freire, e o servente de tabelião Bartolomeu Ângelo Escopery, morador na rua da Ametade.

Do instrumento de venda consta que o terreno com armazém confrontava a poente com as casinhas já mencionadas, e também vendidas, a norte com o largo da igreja de S. Paulo, a nascente com estâncias de Sua Majestade e a sul com o forte da Artilharia; que o armazém servira anteriormente de estância de madeira e o utilizavam então como casa de recolha de séges e outras carruagens de aluguer.

Manuel Gomes de Carvalho morreu no posto de Marechal de campo antes de 1793 e foi aos seus herdeiros, Francisco Higinio Dias Pereira e Francisco Manuel Calvet, que a Real Fazenda adquiriu nesse ano, para serem incorporados nos Próprios e com destino a alargamento da



PLANTA DO FORTE DE S. PAULO, OU DA TENENÇIA. LADO NASCENTE
Escala em Palmos

LEGENDA

- | | |
|--|---|
| 1 — Praça do forte onde está a artilharia da Marinha. | 7 — Casas da Fazenda Real. |
| 2 — Aquartelamentos. | 8 — Propriedade dos herdeiros do marechal Manuel Gomes de Carvalho e Silva. |
| 3 — Sentinas. | 9 — Casas particulares de D. Maria Madalena (1793). |
| 4 — Guindastes. | 10 — Rua Nova do Carvalho. |
| 5 — Portão do forte. | |
| 6 — Porta que comunica com o armazém que serve de guarda das carretas. | |

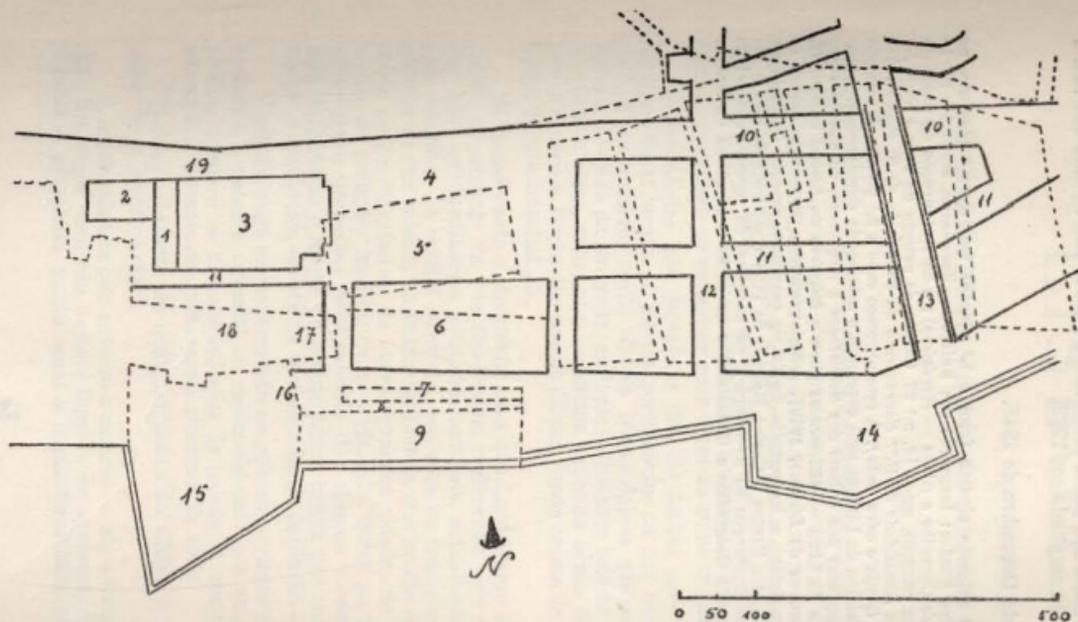
parada do forte (onde daí a dois anos se instalaria o destacamento da Brigada Real da Marinha, vindo de Xabregas) que lhe ficava ao sul, as casinhas, o chão, o armazém, uma cavalaria e uma ferraria. A superfície do recinto fôra avaliada em Maio daquele ano pelo architecto encarregado da nova planta da cidade, Francisco António (ou António Francisco) Ferreira, e pelo mestre Joaquim José dos Reis, calculando-se em 1.929^{m²},150 (8.574 palmos²) e dando-se o valor de 10\$500 por cada palmo de frente por oito de fundo, importância atribuída para as expropriações da rua que então se traçara, Rua Nova do Carvalho, acrescida de 500 rs.

A 6 de Outubro, por Aviso assinado pelo Secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro (recordemos mais uma vez que se destinava à Brigada Real) era mandada fazer a expropriação na presença do louvado dos proprietários. Para tal compareceram no local, em 25 do mês, o desembargador Joaquim Mendes da Cunha, que servia de Inspector dos Bairros do Mocambo, Remolares, St.^a Catarina e Alto, no impedimento do desembargador dos Agravos José Pedro Mousinho de Albuquerque, o architecto Ferreira e o louvado Francisco José, mestre carpinteiro aprovado pela Câmara. Os herdeiros do Marechal de campo eram representados pelo procurador e guarda-livros e pelo louvado Duarte da Cruz Paz, mestre pedreiro.

A frente da propriedade dava para a projectada Rua Nova; a nascente confrontava com outra, de D. Maria Madalena, que em 1750 era ocupada pelas estâncias de Elrei (?); a poente com as casinhas e a sul com o forte. Aplicada a tabela avaliaram-se o chão e os barracões em 1.153\$50, a que houve de deduzir 20 anos de foros (a S. Paulo?) e 3 laudémios, para cumprimento da legislação sobre a arrematação de terrenos incendiados e pardieiros. A parcela mais pequena, com uma superfície de 414^{m²},115 (1.842 palmos²) foi avaliada em 248\$115. Este era o pedaço ocupado pelas casinhas em 1750. No terreno vasio haviam certos inquilinos construído umas barracas pelas quais pagavam 48\$000. As casinhas estavam arrendadas por 24\$000. Particularidade que merece referência: na parede que confinava com o forte viam-se então uma porta e uma janela de peito, com ombreiras de verga e peitoril de pedraria, «que denottão mui antiguidade».

Os herdeiros do Marechal de campo aceitaram a desvalorização e realizaram o negócio, cuja compra pelo Estado foi resolvida por acórdão de 26 de Novembro e sentença de 27.

Creio ser esta a propriedade mencionada por Pastor de Macedo em a notação 12, a propósito de um prazo de 1776. As «lojas do Tenente general de Artilharia» julgo serem as casinhas a que tenho feito referência, sendo o tenente-general, Manuel Gomes de Carvalho.



PLANTA DO SÍTIO DE S. PAULO, EM 1800, COM A LOCALIZAÇÃO DO FORTE DA TENÊNCIA
Escala em Palmos

LEGENDA

A cheio o traçado das novas serventias; a tracejado as serventias antes de 1755. 1—Cemitério coberto da paróquia de S. Paulo. 2—O novo cemitério. 3—A igreja nova de S. Paulo. 4—O largo de S. Paulo. 5—A igreja velha de S. Paulo, arruinada pelo Terramoto. 6—Casas que haviam sido de Paulo de Carvalho e pertenciam ao tempo aos marqueses de Fombal; cemitério paroquial em 1755. 7—Barracão que foi do desembargador Inácio da Costa Quintela. 8—Beco. 9—Armazens da Junta Geral do Comércio e depots pertença do Estado. 10—Rua Nova de S. Paulo. 11—Rua Nova do Carvalho. 12—Rua de S. João (Rua dos Remolares). 13—Rua Nova das Duas Igrejas (Rua do Alecrim). 14—Forte dos Remolares. 15—Forte da Tenência. 16—Porto do forte. 17—Fábrica de sinos do Palavra (em 1750 propriedade da Coroa e em 1793 casas de D. Maria Madalena). 18—Casas do marechal Manuel Gomes de Carvalho, em 1800 Armazém da Marinha. 19—Rua direita que vai para a Boa Vista (Rua de S. Paulo).

E por ora mais não posso dizer sobre o forte de S. Paulo que assim teve a sua parada ampliada em 1793.

Lisboa, 8 de Dezembro de 1945.

NOTA — O processo aludido (com a 1.^a planta) tem a cota seguinte, no Arquivo dos Feitos Findos: Inspecção dos Bairros — Remolares, Maço 18, n.^o 16 (*Manuel Gomes de Carvalho e filhos — Herdeiros*); o da restauração da paróquia pertence à mesma colecção, maço 12, n.^o 27 (*Autos de petição do Juiz e mais Irmãos da Meza da Irmandade do S.^{mo} Sacramento da Freguesia de S. Paulo sobre o terreno da sua igreja e adro della*). A este processo cabe a 2.^a planta. A colecção «Inspecção dos Bairros de Lisboa» está concluída e catalogada devidamente, e possui inventário, impresso nos «*Anais das Bibliotecas e Arquivos*», de que há separata (Jorge Pires de Lima — «*Elementos para a História da Lisboa antiga. II. Inspecção dos Bairros de Lisboa*», 1950). Achei vantajoso reproduzir ambos os desenhos que completam a iconografia do forte, esquemáticamente indicado na planta de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, de 1758 (referenciado com a designação *Torre de Embarque de Artilharia*), na anónima, do terceiro quartel do séc. XVIII (Instituto Geográfico e Cadastral) e na carta topográfica de Duarte José Fava, de 1826.

LISBOA

«...QUE NO MUNDO
FACILMENTE DAS OUTRAS ÉS PRINCESA»

por LUIZ TEIXEIRA

QUANDO Byron, depois de falar do aborrecimento de Child Harold na terra natal, começa a descrever as suas andanças de peregrino — «vejo-me só no Mundo sobre a imensidade dos mares» — regista assim, no poema, o encontro com o primeiro território aonde aporta o seu navio: «Ó Cristo! Que lindo panorama é tudo o que Deus fez por este delicioso País! Que de fragrantes frutos a purpurear nas árvores! Que vistas admiráveis se estendem para além do cume dos outeiros!».

O caminheiro que deixara a ilha de Albion para se aquecer ao sol meridional levava já pilotos portugueses na sua barca, que seguia entre duas margens muito férteis. Numa dessas margens estava uma cidade. Ao vê-la da amurada, exclama: «Quantas belezas ostenta Lisboa à primeira vista, flutuante, espelhada sobre as águas do porto magnífico, às quais a ficção dos poetas dá por fundo areias de ouro! Vista de longe, parece celestial...».

Há quase cento e cinquenta anos que Lord Byron partiu. Engrandecida no arranjo da sua fisionomia, melhorada pelo aproveitamento das suas extraordinárias condições naturais, actualizada em relação à sua categoria de capital europeia, opulenta de tradições e fiel às exigências da sua missão no Ocidente, Lisboa, que no dia de hoje recebe e saúda os representantes de outras grandes cidades do Mundo, valorizou-se de seduções inéditas para o viajante. Sobre as transformações urbanísticas impostas pelo espírito dos tempos modernos, a cidade mantém intacta a magia de perturbadora beleza que entonteceu de encantos o romântico «poeta da tempestade, da desilusão e do desespero».

Vista de longe ou contemplada no primeiro relance do olhar, Lisboa continua a parecer celestial ao recém-chegado que em suas viagens fadigas procure os últimos refúgios da paisagem que conseguiu escapar-se à monotonia dos panoramas citadinos de série.

Venha o viajante de qualquer ponto do Globo, e logo se sentirá numa terra incomparável.

A luz fantástica que envolve o casario — eis o entontecimento inicial. Ela desce dum céu de azul líquido, de aguarela, fino de transparências e esbatidos, muito igual e duma tonalidade propícia à graça

ingénua dos recortes de volumes nos quadrinhos de delicadas e esquecidas iluminuras. É uma luz de ternos e belos entusiasmos de claridade, luz envolvente, criadora de estados de alma, luz alegre que a certas horas, em certos dias, parece turvar-se suavemente de caprichosas e ténues tremulinas, como se as carícias do sol se misturassem com o hálito das madrugadas, espalhando por toda a parte a sensação indefinível da proximidade do grande Mar e da espuma bafejante das suas brisas. Sob essa luz, Lisboa enfeita-se de maravilhosas surpresas de cor. É que não tem a humildade recolhida de outras terras que também fizeram longa trajectória histórica nos séculos, vivendo, como ela, intensamente as épocas remotas. Lisboa abre-se em garridices cenográficas; e não a conhecerá com exactidão quem se limite a vê-la no seu primeiro aspecto de deslumbrante quadro a desdobrar-se em inesperadas perspectivas de bruscos declives, panorâmicas circulares em volta dos miradouros, cujos varandins atam «bouquets» de palmeiras e plântagos na crista dos outeiros e colinas.

É preciso deixar-se envolver pela alma encantadora dos bairros, nessas vielas e terreiros, entre arcos e pátios, torres sineiras que palram ao entardecer, e escadinhas, jardins tranquilos, sombras de velhas árvores, em sítios resguardados do bulício por onde, de mãos dadas, jornadeiam seus amores de enamorados o pitoresco e a poesia. Pelas tardes, quando o sol se despede da sua cidade em demoras de ardências sensuais, Lisboa é um espectáculo inesquecível. No fecho das ruas avista-se o rio onde a luz rasante pinta de oiro e vermelhão os barcos de velas claras e as saliências das margens, deixando em fogo, como estranha flor de pirotecnicia, a Torre de Belém. O Castelo, no alto, as torres da Sé, todas as encostas voltadas ao poente, estão ainda iluminadas pelo clarão e já, em baixo, tudo se deixou cobrir pela irrealdade de uma atmosfera que cria um tom evocativo e literário aos vales onde o casario alastra em descuidada diversidade de aspectos e de planos.

Ao caminhar por velhas ruas de velhos bairros, ao ouvir aqui e ali o gorgolejo da água nas fontes, cujas bicas nascem em relevos gastos de caravelas decorativas, ao cruzar vielas, onde permanece a recordação de uma presença dos mareantes de outras eras, ao reparar na ternura simples das flores que crescem nos beirais ou engrinaldam trapeiras e janelas, pode supor-se que a voz do passado sussurra no entardecer e nos convida ao encontro feliz com o verdadeiro sentimento da cidade.

À beira-rio, no Terreiro do Paço, as gaivotas e os pombos põem uma agitação de asas brancas no crepúsculo. Mais adiante, Alfama aconchega-se nas sombras. É à teia das suas ruas muito estreitas que a penumbra da noite chega primeiro. Mal se destacam já, no negrume do fim do dia, os pormenores da graciosidade arquitectónica do sítio, e toda a sedução desta zona está, agora, no sentido de naturalidade que se apossa de nós para admitir que destas casas, nas ruas de largura

inverosímil e nos becos e travessas onde a roupa nas janelas é já uma claridade imprevista, saiam, com seus gorros e barbas fartas, saietos de largos panos e grossos cinturões, as figuras robustas da marujada das naus a arrastar correntes pela calçada, a caminho de barcos de missão que esperem, a meio do rio, os alvares do dia para uma nova largada de velas pela extensão sem fim dos nossos mares. Se o visitante voltar quando a luz do Sol tiver apagado as negras violências de água-forte e transformado o quadro de mil aspectos de Alfama, pode, em nova contemplação, gozar o enlevo subtil de outras maravilhas que completam o encantamento da sua visão nocturna. Partindo da praça ribeirinha, fará o itinerário turístico da Lisboa velha, esse itinerário a que Pastor de Macedo desvendou, recentemente, as mais amplas, as mais justas e as mais admiráveis possibilidades de realização, e que será, na sua última expressão de empolgante grandeza evocativa — obra sua. A igreja de Santo António e o local onde nasceu o taumaturgo; a Sé, majestosa de sobriedade; o miradouro de Santa Luzia, varanda sobre o velho casario de Alfama, que se estende em baixo, numa perspectiva que mal deixa adivinhar, entre as aberturas dos telhados e dos largos, a graça dos balcões, a esquina dos cunhais e o risco incerto das vielas; Portas do Sol e, em S. Tomé, a surpresa dos mais belos panoramas onde, em quadros diferentes, se repete o motivo constante e inesgotável de encantos do rio avistado entre restos perdidos de muralhas antigas e casas típicas. Igreja do Menino Deus, que trouxe a delicada singeleza do estilo italiano de Quinhentos ao conjunto deste roteiro; Castelo de S. Jorge, onde o visitante, cruzando portas e terreiros ou subindo torres e ameias, pode evocar oito séculos de vida da cidade que se espreguiça em volta, abraçada pelas águas do Tejo, num encadeamento de largos horizontes; Senhora do Monte dominando o centro do burgo, buliçoso e inquieto; igrejas de S. Vicente e de Santa Engrácia, a Casa dos Bicos, a renda da frontaria da Conceição Velha... Não é tudo o que a cidade pode mostrar ao viajante que nos visite ansioso de conhecer os documentos do passado e as panorâmicas sem igual desta terra rica de belezas e de evocações. Seria preciso falar das lindíssimas ruínas onde vagueia ainda a sombra de Frei Nuno; do templo magnífico onde se entrelaçam as sugestões da bela aventura e da resplandecente glória da universalidade da raça; de pedras humildes que se recordam dos barcos que os Deuses de Camões guiaram às longínquas paragens dum Mundo ignorado; de sítios onde Mestre Gil fez rir a população, em pátios de comédias, ou onde generaram últimos alentos os cristãos novos da dramática matança. Já nada recorda a Rua Nova e as suas estranhas multidões de mercadores, marinagem e clérigos. Já nada recorda a tenebrosa noite de sessenta anos, arrepiante de pesadelos e apreensões, mas, na praça central, uma figura de bronze, com grandes asas abertas, ostenta nas mãos os grilhões do vexame e da submissão, partidos para sempre. Lá adiante, na excessiva

comparsaria de outro monumento consagrador, uma águia imperial fuge nos espaços, escorraçada por baionetas de soldados e varapaus de campónios indomáveis. Seria preciso falar ainda de mais templos e de outros monumentos, e dos jardins e dos recantos, praças, parques, avenidas, sítios onde o visitante estranho pode surpreender os sinais de contraste e a poderosa afirmação de «personalidade» desta terra de longa e gloriosa biografia na história do Mundo.

Mas tanto como os monumentos e os templos, os jardins e os parques da cidade, a atmosfera de Lisboa parece resumir, só por si, na doçura com que enlaça as colinas, as tradições, o romance e os anseios da terra.

Cecília Meireles, uma grande voz do lirismo brasileiro, quis aludir a essa atmosfera ao escrever estas palavras sobre Lisboa dirigidas ao leitor: — «Sentes em redor de ti o poder e a graça; o peso de um velho destino épico e a airosa leveza de uma luz que, sobre o severo passado, desenha uma asa quase frívola. Ficas tão rico de antigamente, tão vencido por um amor de canção, por uma ternura conventual, dolorosa — e ao mesmo tempo desejas sorrir, dançar, não pensar nada, ficar por essas praças, por esses jardins que são a imagem da vida e por onde andam crianças como pequenas flores soltas, com laços nos cabelos, como felizes borboletas aprisionadas. Ficas extasiado».

Dir-se-ia que nos horizontes dos tempos era ainda a deslumbrada surpresa de Lord Byron que encontrava nestas palavras de Cecília, tantos anos depois, uma nova expressão para traduzir o mesmo encantamento perturbador.

(Transcrito, com a devida vénia, do *Diário de Notícias*, de 12 de Outubro de 1950).

O PALÁCIO DOS CONDES DE ÓBIDOS E A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

pelo Coronel *CARLOS DE CARVALHO*
Secretário Geral da C. V. P.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

É com o maior prazer que, na minha qualidade de Secretário Geral da C. V. P. e na ausência dos Ex.^{mos} Presidente e Vice-Presidente da Instituição, apresento a V. Ex.^{as}, com os nossos melhores cumprimentos, os agradecimentos da C. V. P. pela honra que lhe concedeis visitando a sua Sede.

Divido a minha despretençiosa palestra em três partes, constando

- da 1.^a — A origem da Cruz Vermelha Internacional
- da 2.^a — Algumas actividades da C. V. P.
- e da 3.^a — As instalações da Sede da C. V. P.,

prometendo, porém, desde já, ser muito breve no que vou dizer-vos.

I — A ORIGEM DA C. V. INTERNACIONAL

Na 6.^a feira, 24 de Junho de 1859, o jovem suíço Jean-Henry Dunant, que procurava o Imperador Napoleão III, chegou à pequena cidade de Castiglione, na Lombardia, distante 5 quilómetros da aldeia de Solferino, onde se tratava uma sangrenta batalha entre os Franceses e os Austríacos, que então ocupavam a Itália.

Depois do meio-dia, uma terrível tempestade obrigou as tropas Austríacas, já vencidas, a retirarem, tendo sido ocupada pelos Franceses a cidade de Castiglione e as aldeias mais próximas.

Dunant, terminada a batalha, que ocasionou 40 mil mortos e feridos, percorreu o campo de Solferino, onde a luta se travara, e ficou

horrorizado com o quadro que se lhe deparou: um verdadeiro caos de mortos, feridos e cavalos ensanguentados entre montões de material léllico destruído.

Os feridos eram transportados aos montes, sem o mais pequenino cuidado, utilizando-se todas as viaturas disponíveis.

Quando Dunant entrou na Igreja de Castiglione, julgando ir ao encontro do Imperador, deparou-se-lhe um quadro horrível, que lhe causou a mais profunda angústia, tão grande era a confusão, o abandono e a falta de cuidados para com os feridos.

No havia médicos nem enfermeiros.

Alguns dos feridos, gritavam com dores; outros, pediam água; outros, ainda, estavam famintos; e outros, finalmente, choravam, pensando nos entes queridos que não lhes podiam valer.

Numa visão, Dunant recordou a imagem de Miss Florence Nightingale, inclinada sobre os feridos, na Guerra da Crimêa. E depois, não perdeu um momento.

Reuniu todos os homens válidos que se encontravam em Castiglione e com o auxílio das mulheres do povo, que faziam ligaduras, conseguiu ministrar os primeiros socorros àqueles feridos, lavando-os e pensando-os. Dava-lhes água e animava-os; pedia-lhes a direcção dos seus e escrevia às suas famílias.

Nunca mais Dunant esqueceu este triste quadro e, três anos depois, apareceu à publicidade o livro «Un souvenir de Solferino» em que ele descreve a batalha, com todos os seus horrores, e afirma ser necessário organizar-se, desde o tempo de paz, uma Sociedade de socorros aos feridos vítimas da guerra.

Este livro, oferecido, por Henry Dunant, ao Rei da Prússia e a Napoleão III, e impresso em 1862, é lido por todo o mundo civilizado.

Em 1863, uma comissão das Sociedades filantrópicas de Genebra estuda esta proposta de Henry Dunant; a comissão era composta por cinco membros — Henry Dunant, Gustave Moynier, o General Dufour, Louis Appia e Theodore Maunoir.

De princípio, o livro foi mal recebido e quase todos julgaram que o plano generoso era de impossível realização; mas Dunant não desiste, e, em 1863, realiza, pela primeira vez, em Genebra, uma reunião internacional, para tratar da sua proposta, que resolvia a situação dos soldados feridos em combate, fossem de que nacionalidade fossem.

Seguiu-se uma reunião diplomática, em 1864, na qual foram rati ficadas essas resoluções; e a ela assistiram delegados de Baden, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Hesse, Itália, Países Baixos, Portugal e Prússia.

Esta conferência ficou conhecida pela 1.^a Convenção Internacional da Cruz Vermelha, nome adoptado por este Organismo, tendo como distintivo uma Cruz formada por 5 quadrados vermelhos, iguais, simetricamente dispostos em cruz, em campo branco. Este emblema constituiu uma homenagem à Suíça, cuja Bandeira é uma cruz branca em campo vermelho.

Em 11 de Fevereiro de 1865, foi fundada em Portugal pelo Dr. José António Marques, Chefe do Serviço de Saúde do Exército, a «Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha», tendo depois, no reinado de D. Luís I, sido dada existência legal a esta Sociedade, pelo Decreto de 4 de Maio de 1887, assinado pelo Rei D. Luís I, pelo Visconde de S. Januário e por Henrique de Macedo.

Depois da 1.^a Convenção, houve mais quatro, tendo sido a última no ano de 1949, em Genebra.

Se foi Dunant quem, pela primeira vez, conseguiu pôr em prática a ideia de minorar os sofrimentos dos feridos no campo da honra, alguns precursores houve, no entanto.

É conhecido de V. Ex.^{as}, o episódio do Bom Samaritano, contado pela Bíblia Sagrada.

Os monges e os religiosos visitavam nos primeiros tempos os doentes e os feridos. Mas reconheceu-se, mais tarde, que os exércitos deviam ser acompanhados por médicos, para tratarem dos feridos e dos doentes, a fim de assegurar a vida dos seus soldados.

Em 1492, durante o cerco de Granada, a rainha de Espanha, Isabel a Católica, instalou dez tendas com leitos para doentes e feridos.

Em 1580, quase um século mais tarde, Camilo de Lellis, gentil-homem italiano, deixou de ser soldado para se consagrar aos cuidados dos feridos e dos doentes.

Pela mesma época, Henrique IV organizou um hospital militar para os seus soldados.

Em 1756, o médico português Ribeiro Sanches propôs a neutralização das ambulâncias e hospitais militares.

Em 1854, durante a guerra da Crimeia, em que se tinham envolvido em luta contra os exércitos russos, os ingleses, os franceses, e os turcos, sendo os Serviços de Saúde muito rudimentares, uma senhora inglesa, ainda jovem, Miss Florence Nightingale, acompanhada de outras senhoras, embarcou a caminho daquela terra.

O barco que as conduzia ia carregado de camas, roupas, ligaduras e medicamentos para os pobres soldados feridos no campo da honra.

Montaram-se hospitais, onde os feridos eram operados por médicos, auxiliados por estas senhoras, que depois os tratavam, quer

física, quer moralmente, consolando-os e escrevendo-lhes cartas para os entes queridos.

Foram as primeiras enfermeiras que apareceram num campo de batalha.

E a figura da jovem Florence Nightingale aparecia como a de uma santa. Durante a noite, enquanto os outros dormiam, ela percorria as enfermarias com um candeeiro na mão. Por isso lhe chamaram a «Senhora do Candeeiro».

Todavia, estas ideias não tinham a grandeza da concepção de Dunant. Porque, enquanto cada um se preocupava com os feridos ou doentes do seu exército, Dunant teve um pensamento mais elevado: cuidar dos feridos e dos doentes, fosse qual fosse o seu exército.

E assim nasceu a Cruz Vermelha, que não distingue pátrias, categorias sociais, credos políticos nem raças, para só pensar no bem da Humanidade.

É a esta Organização Internacional, que presentemente a Humanidade deve todas as regalias que se concedem aos feridos, aos prisioneiros e às populações civis flageladas pela guerra.

E assim se realizam reuniões diplomáticas, em que os países tomam certos compromissos, que, nem sempre, infelizmente, são cumpridos...

II — ACTIVIDADES DA C. V. P.

Já V. Ex.^{as} viram algumas das actividades da C. V. P. no momento presente, quando visitaram o Posto 3, a Secretaria Geral, o Conselho Administrativo e a Secção Auxiliar Feminina.

Vou agora, embora sumariamente, referir-me a actividades da C. V. P. noutras ocasiões.

Na guerra Franco-Prussiana de 1870, na dos Rifinhos contra a Espanha em 1893, na Turco-Grega em 1897, na Hispano-Americana em 1892, e na Russo-Japonesa em 1904, a C. V. P. auxiliou, dentro das suas possibilidades, os povos em luta.

Esses estandartes que V. Ex.^{as} estão a ver, acompanharam as nossas formações através dos sertões: Bissau em 1894; Lourenço Marques em 1894-95; na Índia em 1895; mais tarde, na 1.^a Guerra mundial, em 1915, a C. V. P. monta na costa ocidental, um hospital no Lubango, com 60 camas e outro na contra-costa, no Niassa. Em 1916, a C. V. P. desembarca em Lourenço Marques e instala em Palma um hospital com 6 pavilhões e 200 camas, passando por aí 1.513 doentes, dos quais só morreram 5. Mais tarde, a C. V. P. monta mais 4 hospitais em Mancimboa, Chomba, Pachitimenchi e Macature.

Nessa mesma guerra, a C. V. P. montou em França, fazendo parte do C. E. P., um hospital em Ambleteuse, com 300 camas, graças ao concurso da C. V. Inglesa, que deu o material cirúrgico e ao da C. V. Americana, que deu as instalações de iluminação eléctrica e de raios X. Passaram por lá 36.347 doentes ou feridos.

Na mesma ocasião, foi montado em Lisboa, também pela C. V. P., um hospital com 300 camas, por onde passaram 79.983 doentes.

Vejamos, agora, rapidamente, a acção da C. V. P. durante a segunda conflagração mundial, em que nos mantivemos neutrais:

- Enviaram-se e expediram-se 230.000 mensagens.
- Fizeram-se 30.000 inquéritos sobre militares ou civis desaparecidos.
- Enviaram-se 29.862 sacos de correspondência para prisioneiros no Canadá.
- Enviaram-se 118.784 sacos ou pacotes, por via aérea e terrestre, com 476.632 quilos de encomendas.
- Enviaram-se, em comboios especiais organizados pelo Comité de Revitallement Belga, géneros alimentícios pesando para cima de 40.000 toneladas.
- Foi remetido em dinheiro 220 contos.
- Protegeram-se milhares de crianças no Campo de Rivesaltes, em França, com o auxílio de Sua Ex.^a Rev.^{ma} o Sr. Arcebispo de Évora.
- Protegeram-se cerca de 300 portugueses internados em campos de concentração.
- Alojaram-se muitas crianças no Centro de Acolhimento do Estoril.
- Promoveu-se a troca de prisioneiros.
- Foram enviadas 192.000 malas de correio ao serviço da C. V. I., além de outras actividades que não indico por não querer importunar V. Ex.^{as}.

Também nos grandes desastres a C. V. P. entra em acção.

Assim, quando se deu a explosão da Fábrica de Explosivos na Amora, em 30 de Novembro de 1948, a C. V. P. auxiliou, primeiro, o transporte dos feridos para o Hospital de Almada; instalou um Posto de Socorros no Cemitério, no dia do funeral; conseguiu uma grande quantidade de plasma para transfusões de sangue e vestiu os feridos pobres que se encontravam no referido Hospital, o que motivou um elogioso officio do respectivo Director.

Quando do desastre ferroviário em Vila Franca de Xira, em 27 de Agosto de 1947, a C. V. P. auxiliou o transporte dos feridos para os Hospitais de Lisboa e acompanhou-os no seu tratamento, dando-

-lhes roupas, dinheiro, identificando-os e pondo-os em comunicação com as famílias angustiadas.

Nas grandes aglomerações de pessoas, também se faz sentir a acção e a necessidade da C. V. P.

Assim, nas peregrinações anuais de 13 de Maio ao Santuário de Fátima, a C. V. P. monta um Centro de Socorros e Tratamento constituído por um Posto de Socorros com duas marquezas, e duas enfermarias anexas, uma para homens e outra para mulheres, além de tendas para o pessoal, cantina e serviço de transportes.

Esta Formação Sanitária é também acompanhada por Senhoras da S. A. F. e Alunas do Curso de Enfermagem.

Registaram-se, em 1948, por exemplo, 546 tratamentos, tendo sido praticamente impossível anotar todos, não só pela grande afluência de doentes em certos momentos, como pela gravidade de muitos deles.

É interessante verificar-se a variedade de casos que aí são tratados: panarícios, insolações, resfriamentos, colapsos cardíacos, ataques nervosos e epilépticos, feridas (especialmente nos pés), cólicas, fracturas de costelas, abcessos dentários, paludismo, etc., o que, de resto, não admira, num local, onde se juntam milhares e milhares de pessoas.

Este material volante é constituído por tendas Bessoneaux, tendas cónicas e ambulâncias-auto; graças a ele, pode a C. V. P. cumprir uma das suas principais missões: auxiliar o S. S. do Exército em campanha, instalando, em qualquer local, um Centro de Socorros e Tratamento, com a respectiva Coluna de Transporte de Feridos.

Com o que V. Ex.^{as} viram e ouviram antes de virem para esta sala e com os diversos apontamentos que acabo de expôr, podem V. Ex.^{as} fazer uma ideia, embora aproximada, da diversidade dos assuntos que se apresentam à C. V. P.

Hoje, a C. V. P. continua cumprindo a sua missão sob a hábil orientação do seu Presidente Nacional o Ex.^{mo} General D. Fernando Pereira Coutinho.

III — AS INSTALAÇÕES DA C. V. P.

Está o Palácio dos Condes de Óbidos construído sobre um terreno que foi pertença de D. António de Mascarenhas, fundador do Hospício de S. João de Deus, que se encontrava a poente.

Nesse local estivera, primeiramente, o Convento dos Carmelitas Descalços, vulgo Marianos. Estes tinham deixado as casas em que habitavam junto da Rocha, em 1604, por perderem uma demanda.

Em 1606, os Marianos instalaram-se junto de Santos-o-Velho, no Convento chamado dos Remédios, hoje Templo protestante.

O Hospício de S. João de Deus foi a primeira Casa da Ordem Hospitaleira em Portugal.

Dedicavam-se estes frades à enfermagem e era tal a sua actividade que o povo os designava por «Seringas».

Nesse edifício esteve depois instalado o Regimento de Infantaria N.º 2, ao qual pertenceram muitos dos soldados que acompanharam Mouzinho de Albuquerque na prisão do Gungunhana em Chaimite.

Em dia de Finados, os frades de S. João de Deus expunham uma cripta, em que jaziam incorruptos alguns cadáveres. Um, muito alto, diziam ser dum Conde de Óbidos.

Este costume é conhecido pela descrição e estampa do livro «Sketches of Portuguese Life», impresso em Londres, no ano de 1826 e referido por Matos Sequeira no «Tempo passado».

A nascente do Palácio, encontrava-se o Convento das Albertas, fundado, em 1584, pelo Arquiduque Alberto.

Era de carmelitas descalças.

As freiras fundadoras vieram do Convento de Sevilha, e eram todas discípulas de Santa Teresa.

O actual Jardim do 9 de Abril chamava-se Jardim das Albertas, e foi estabelecido no Terreno que constituía a pequena cêrca do Convento.

O Palácio situado em frente do Jardim, e onde se acha instalada a repartição de Finanças, foi de D. Brás da Silveira, e depois do Marquês das Minas.

A Casa nobre a poente do Jardim 9 de Abril — antigo Jardim das Albertas — local mais conhecido pela síntese toponímica de Rocha do Conde de Óbidos, é uma fundação do 2.º quartel do Século XVII, assente sobre um morro calcário, e teria seu nucleo primitivo sobre casas existentes no Século XVI. Fez erguer, ou reconstruir, inteiramente este Palácio, o então alcaide mor de Lisboa, D. Vasco de Mascarenhas, 1.º Conde de Óbidos, que foi General nas Guerras da Restauração, 27.º Vice-Rei da Índia, Vice-Rei do Brasil, Conselheiro de Guerra de D. João IV, Conselheiro de Estado de D. Afonso VI e ainda Estribeiro Mór da Rainha D. Maria Isabel de Saboia. Morreu em 1678.

Seu filho primogénito e herdeiro, o 2.º Conde, D. Fernando Martins de Mascarenhas, que foi o 1.º Conde-Meirinho Mór (cargo que se conservou na família), casou, em 1669, com D. Brites de Mascarenhas da Costa e Castelo Branco, 2.ª Condessa da Palma, que herdara de sua avó o título de Condessa do Sabugal, ficando deste modo os três condados pela 1.ª vez reunidos.

O Palácio, que por ocasião do Terramoto de 1755 pertencia ao 3.º Conde de Óbidos, D. Manuel de Assis Mascarenhas, falecido na prisão da Junqueira, sofreu, pelo sismo, alguns estragos, havendo sido desviados os muros da prumada e fendidas as paredes. Foi restaurado pelo 4.º Conde, D. José de Assis de Mascarenhas Castelo Branco da Costa de Lencastre.

O 5.º Conde de Óbidos, nascido em 1778, D. Manuel, dos mesmos apelidos do seu pai, e varão muito culto, foi também 5.º Conde da Palma e do Sabugal, título este que se extinguiu com a morte do bisavô, em 1719, voltando, assim, os três condados à mesma pessoa.

Continuou o Palácio na posse dos Óbidos e Sabugais até 1874, ano em que o 8.º Conde dos dois títulos e 9.º da Palma, D. Luís António de Assis Mascarenhas, casado havia 2 anos com D. Ana de Melo Breyner, o deixou ir à praça, adquirindo-o um particular por 12 contos.

O Rei D. Luís conseguiu que o comprador lhe vendesse o Palácio pela mesma importância e presenteou, com a velha casa nobre dos Óbidos e Sabugal, uma dama do Paço, D. Maria Teresa de Mascarenhas, irmã do 8.º Conde citado, dela se transmitiu o Palácio para o sobrinho, afinal o legítimo proprietário de direito, D. Pedro de Melo de Assis Mascarenhas, 9.º Conde de Óbidos, Senhor das Casas de Sabugal, da Palma, de Óbidos e de Selir, filho de D. Luís António.

Com efeito, em 1881, tendo D. Pedro 7 anos, era sua tutora e defensora do seu património, do Palácio e dos terrenos circunvizinhos da Rocha do Conde de Óbidos, sua mãe D. Ana de Melo Breyner, falecida no Palácio em 1904. D. Pedro morreu em 1905.

O palácio esteve em grande parte no princípio do século passado alugado ao Clube Inglês, que em 1903 nele recebeu o Rei Eduardo VII, de visita oficial à corte de Lisboa.

O mesmo Clube no Palácio permaneceu até 1919, ano em que a velha casa da Rocha do Conde de Óbidos foi adquirida, por 65 contos, pela Cruz Vermelha Portuguesa, por escritura lavrada a 30 de Junho daquele ano, nas notas do tabelião May de Oliveira, havendo outorgado o General Joaquim José Machado, ao tempo Presidente da C. V. P. e D. Pedro de Melo de Assis de Mascarenhas, proprietário do Palácio.

O Palácio Óbidos e Sabugal, com a instalação nele dos serviços da Cruz Vermelha, recebeu, logo de início, obras sumárias, que tomaram vulto em 1934, e se prolongaram até 1947.

O pátio em declive, que nascia da Rua de S. Francisco de Paula, já então, Rua do Presidente Arriaga, foi dividido em dois terraplanos, as fachadas foram restauradas e a principal, a norte, sobre o pátio, recebeu revestimento de azulejos decorativos e abertura de novas janelas, correspondentes a dependências que se construíram sobre o

primitivo e alto vestíbulo nobre; as salas, câmaras, atrios e Capela foram renovados, quase integralmente, nas paredes e tectos, recebendo pinturas e adornos, ajustados, quanto possível, ao carácter seiscentista do palácio, tornando a histórica casa Óbidos e Sabugal, digna do fim benemérito a que foi destinada. Foram estas obras orientadas pelo falecido Secretário Geral Coronel Afonso de Dornelas.

Em 1947, sendo Ministro da Guerra o actual Ministro da Defesa Nacional, Senhor Tenente-Coronel do E. M. Fernando dos Santos Costa, foi por Sua Ex.^a feito o restauro e beneficiação deste palácio, que, com excepção de meia dúzia de salas, aliás em más condições, já não se encontrava capaz de servir de sede à C. V. P.

Quero aproveitar a ocasião para, mais uma vez, mostrar em público o reconhecimento da C. V. P. para com Sua Ex.^a, evidenciando a sua grande dedicação por esta Instituição, dedicação que sempre se vai mantendo. À sombra do seu prestígio, a C. V. P. tem encontrado sempre as maiores facilidades em todos os Departamentos do Estado.

O pavimento do rez-do-chão foi adaptado às repartições dos Serviços da Instituição e a um Posto de Pediatria e Ginecologia, para as classes desprotegidas da sorte.

Este pavimento, o andar nobre, chamemos-lhe assim, foi completamente restaurado, com excepção da Capela, da sala do fogão e da sala, onde estamos; nele estão instaladas as salas destinadas ao Organismo Superior da C. V. P. — O Conselho Superior, e a Direcção da S. A. F.

O pavimento superior, cujo restauro terminará dentro em breve, destina-se às aulas de enfermagem, às arrecadações das roupas para crianças confeccionadas pela S. A. F. e ao Museu da Instituição.

Para terminar estes breves palavras, vou procurar, tanto quanto possível, descrever a sala onde nos encontramos — a Biblioteca da C. V. P. Antigo salão reconstruído depois de 1935, é a dependência mais sobria do Palácio, e foi traçado, na concepção de Afonso de Dornelas, sob a sugestão do Salão Nobre da Academia das Ciências de Lisboa; o tecto é apainelado e tem pinturas ornamentais nos quatro ângulos e um painel de Gabriel Constante (1938), reproduzindo as Pazes de Alvalade, no qual figuram a Rainha Santa Isabel, o Rei D. Dinis e seu filho D. Afonso; no envolvimento da sanca há guarnição de grinaldas, com um grupo de figurinhas infantis sobre pedestais e, ao centro, a um dos lados, uma legenda «Inter Arma Charitas» que é a divisa da Cruz Vermelha e à qual se refere o painel central do tecto.

Em cima, existe uma galeria circundada com balaustrada de madeira, no estilo do Século XVII, para a qual se sobe desde a sala por uma escada interior de caracol. Armação envolvendo toda a sala no

mesmo estilo da galeria, avivada de ouro, com portas envidraçadas, alisares de mármore rosa, chão de «parquet», decoração e fingidos.

Ao centro, um lustre de cristal que pela sua manufactura e beleza muito honra a indústria nacional, mandado colocar nesta sala quando do recente restauro efectuado por Sua Ex.^a o então Ministro da Guerra, Tenente Coronel do E. M. Fernando dos Santos Costa.

Seja-me ainda permitido informar V. Ex.^{aa} que, depois do pequeno restauro que este palácio sofreu, sob a orientação do falecido Secretário Geral, Afonso de Dornelas, devido a um escorregamento de terras, as paredes principalmente no pavimento do rez-do-chão, deixaram de estar unidas nos ângulos, o que fez recear pela segurança do Palácio.

Por esse motivo, no corrente ano foram feitas várias obras nas paredes, bem como nas fundações, a fim de assegurar a consolidação deste Solar.

Presentemente, estão sendo executadas várias obras no Edifício contíguo ao Palácio, a fim de melhorar as instalações dos seus serviços, sob a direcção do Presidente Nacional da Instituição.

Palestra proferida, quando da visita dos
«Amigos de Lisboa» à sede da Cruz Vermelha
Portuguesa, em 12 de Novembro último.

S. CARLOS FIM DO SÉCULO

por SIDÓNIO MIGUEL

(Continuação do número anterior)

II — MASSENET E A JÓVEM ESCOLA VERISTA ITALIANA

É sabido que em princípios do presente século havia em Itália uma plêiade de jovens compositores bafejados pelo sucesso, que eram, entre outros, Alberto Franchetti, Pietro Mascagni, Giacomo Puccini, Ruggero Leoncavallo e Umberto Giordano, o último dos quais morreu há um ano, gozando a celebridade então adquirida.

Essa plêiade, depois guerreada por uma crítica implacável, que ainda não çalou, a despeito de certa homenagem que hoje presta a Puccini, por sinal o mais amesquinhado de todos eles por esse tempo, apresentou-se simpaticamente na colheita dos seus louros. Não renegou o velho Mestre do *Otello* e do *Falstaff*, não o diminuiu, não o desdenhou — o que é raro nestas gerações artisticas que começam por afirmar-se demolidoras das anteriores; antes se contentou com reclamar a sucessão de Verdi, de quem todos os jovens compositores que citei eram olhados como epígonos ou imitadores.

No entanto, o sucessor de Verdi no agrado das plateias dos teatros italianos — e o menos italiano de todos eles não era S. Carlos — foi um francês, Jules Massenet, o autor fecundo de mais de duas dezenas de óperas, entre as quais, como se sabe, a *Manon*, a *Sapho*, o *Werther*, a *Thais*, etc.

Pois Jules Massenet foi o grande dominador de S. Carlos em todo o tempo de José Pacini, ou seja o das épocas 1897/1898 a 1907/1908, período então muito amesquinhado, sobretudo pelos partidários da empresa cessante Diogo Maria de Freitas Brito, mas que, visto hoje com imparcialidade, teve o seu brilho. Foi, pelo menos, no capítulo

financeiro, uma gerência notável, a despeito de ter cessado o subsídio do Estado, por obra de José Dias Ferreira. O teatro assinava-se todo nas suas cinquenta récitas ordinárias, e ainda nas suas vinte e tantas de assinatura extraordinária, dedicada às primeiras representações.

Sabemos que José Pacini era filho de Pedro Jorge Pacini, que veio a S. Carlos como cantor, e ficou nele como director de cena. Descendia dum homem de nome brilhante nos anais da ópera, ao lado de Donizetti e de Verdi. Foi ele Giovanni Pacini, autor duma *Safo*, de quem aqui falámos e démos o retrato.

Sousa Bastos faz de Pedro Jorge Pacini uma excelente pessoa e, como tal, infeliz. Quando morreu era, pois, o director de cena de S. Carlos, na empresa Freitas Brito, da qual o filho era o camaroteiro, se não estou em erro. Morto o pai, José Pacini desentendeu-se com o empresário e teve artes para lhe succeder na arrematação de 1897, após um renhido concurso, que pôs termo à antiga amizade entre as duas famílias. É sabido que em 1908 Freitas Brito teve uma pequena desforra, chamado como foi para a direcção técnica da empresa de Mimon Anahory. Realizou então por conta alheia o que chamava o seu sonho e por conta própria não fizera: brindou Lisboa com ópera franceza, ópera italiana e ópera alemã. Entretanto, não sei porque, Mimon Anahory, na segunda época da sua empresa, dispensou-o ou ele se despediu, não me lembro bem. Lembro-me de que procuraram publicamente ficar bem um com o outro, por palavras amáveis saídas nos jornais.

É claro que a primeira ópera de Massenet, cantada em S. Carlos, era anterior a 1897. Tinha sido o *Kei de Lahore*, em 1884, seguido da *Hérodiade*, em 1886.

Mas a grande popularidade de Massenet entre nós foi conquistada com a *Manon*, sobretudo quando ouvida no Coliseu, com Tito Schipa, aí por 1915 ou 1916.

Em S. Carlos foi a ópera nova da temporada de 1894 a 1895, em cujo elenco figuravam a Darclée, a Pacini, o Masini, successor do Gayarre no agrado dos públicos pelos tenores de meio carácter, o barítono Kaschmann e o baixo Uetam, anagrama do nome de Mateo, com que fizera uma grande carreira no mundo lírico.

O repertório dessa época, foi vasto, incrível para os tempos de hoje: o *Fausto*, a *Gioconda*, o *Orfeo*, de Gluck; o *Mefistófeles*, a *Sonâmbula*, o *Barbeiro de Sevilha*, o *Lohengrin*, o *Elixir de Amor*, a *Cenerentola*, de Rossini; a *Africana*, os *Capuletti e Montecchi* (ou seja um *Romeu e Julieta*), de Bellini, cujo terceiro acto era substituído pelo duma ópera homónima de Vaccai; a *Lucrécia Borgia*, a *Aida*, a *Traviata*, a *Italiana em Argel*, de Rossini; o *Crispim e a Comadre*,

o *Hamlet* e a *Cavalleria Rusticana*. O regente principal era o maestro valenciano Goula, nome que muitos pronunciavam à francesa, como era muito corrente em tal tempo com nomes estrangeirados. Assim chegou até nós a balda de se dizer «Mozár», defendida inglòriamente em público por um doutíssimo professor de história da música, e de tornar agudos os nomes dos compositores acabados em *i*: «Rossiní», «Verdí», etc. E havia quem dissesse «Vanhê» e «Tolstuá»...

Essa época de 1894/1895 ficou recordada pela publicação em livro das críticas feitas a todas as óperas da temporada pelo crítico do jornal *A Batalha*, um senhor que usava o pseudónimo de «An-drad», que não sei quem tivesse sido. Das críticas de todo esse tempo de S. Carlos até 1910 é pena que não tivessem sido seleccionadas e revistas as de Melo Barreto, nas *Novidades*, que marcaram, não apenas pelo apontar cocabichinhos das «fífias» dos cantantes e narrar de cuscuvilhices de bastidores, mas pelo estudo sério das partituras, embora com a natural injustiça do tempo para este ou aquele compositor em maré baixa de apreciação. A maré baixa era a da jovem escola italiana, a quem a crítica não perdoava os êxitos da *Cavalleria Rusticana*, dos *Palhaços* e da *Bohème*. A reacção era vista em Massenet, aliás também acorrentado a tal jugo, mas olhado entre nós como o maior compositor da raça latina, depois de Verdi. Pasmem VV. Ex.^{as}, porque já havia Saint-Säens, Fauré, Debussy, etc. Mas éramos todos um feudo da arte operística, ainda quando desiludidos dos sucessores de Verdi na Itália. E voltávamo-nos para Massenet, que influenciou poderosamente os nossos próprios compositores, que aspiravam a mostrar que em Portugal também se fazia ópera: Augusto Machado e Alfredo Keil.

As pessoas que ainda lembram estas coisas sabem que Regina Pacini teve uma caracterizada voz de soprano-ligeiro e a costumada falta de jogo de cena de tais fenómenos. Está vivo um amador desses recuados tempos da estreia de Regina Pacini, que no-la definia de «caixinha de música», «rouxinol humano» que dava os apreciadíssimos ki-ki-ri-kis, que a ópera moderna varreu, mas que ainda hoje fazem a delícia dos vulgares, sobretudo das vulgares ouvintes da *Lucia*, do *Rigoletto* e da *Sonâmbula*. Pois foi a uma cantora com tal voz e com tal negação de predicados histriónicos que se entregou em S. Carlos o papel de Manon. E escreveu ajuizadamente o tal senhor An-Drad: «Era a festa de Regina Pacini. Corta-se-nos o coração ao vermos a desastrada escolha que a nossa compatriota fez da peça.

«O papel de Manon está longe, muito longe, dos recursos vocais e dramáticos da ilustre cantora.

«O acréscimo de «vocalisi», (pasmem VV. Ex.^{as} do anacronismo...) que foi sobreposto na «gavotta» do 3.º acto, longe de nos agradar, prejudicou a partitura...

«A senhora Pacini foi muito vitoriada, é certo; mas os aplausos, os presentes, as flores, foram dádivas feitas à ilustre intérprete da *Lucia* e da *Sonâmbula* e não homenagens à maneira como ela descreveu em cena o estranho personagem da *Manon*.»

Talvez interesse lembrar que a tal estreia assistiu o grande compositor brasileiro Carlos Gomes, autor do *Guarany*, cuja abertura ficou no repertório de quase todos os nossos grupos musicais.

Posteriormente cantaram-se de Massenet as óperas *Werther*, *Sapho*, *Thais*, *Griselda* ou *Griselidis*, *Jongleur de Notre Dame* (que tinha a particularidade de ser cantada só por vozes masculinas), *Thérèse*, *Navarraise* e *Marie Magdeleine*. Estas últimas pelas companhias francesas das temporadas da empresa Anahory. Todas com êxito de público e de crítica, mas a popularidade sorriu apenas ao *Werther*, quando cantado também no Coliseu por Tito Schipa. E para mim o *Werther* é a ópera preferida de todo o Massenet.

Melo Barreto, se hoje vivesse, teria visto que também Massenet entrou na penumbra dos músicos desdenhados pela crítica. Falamos hoje muito de Fauré, de Debussy, de Ravel, de César Franck e dos seus discípulos. E dizemos mal de Massenet, que foi, aliás, professor dalguns dos corifeus dos movimentos que lhe sucederam. É que a arte fugiu ao sentimento para se tornar cerebral. E humanamente acontece que os artistas de tais cerebralismos, ressentidos pelo abandono das massas às suas produções e congeminções decadentes, atiram-se vingativamente aos que, mais perto da sensibilidade geral, lograram maior comunicabilidade e maior aceitação.

Assim, é hoje Massenet acusado pelos «ratés» e pelos críticos, quase sempre artistas falhados, de ter sacrificado demasiado às precauções exclusivas do êxito.

Ora a comunicabilidade, sobretudo em género espectacular, onde há a interessar uma multidão mais ou menos heterogénea, mesmo quando reunida num teatro de corte, mesclado de burguesia e de aristocracia beócios ou snobs, não é crime. É uma qualidade, uma faculdade preciosa do feliz artista que a possui, que assim pode realizar o seu ideal em consenso íntimo com o seu público. Os artistas menos comunicáveis sempre o procuraram, como Berlioz, que passou o *Fausto* para a Hungria, para lhe meter a marcha húngara; como o próprio Wagner, que descia a todas as minudências musicais, dramáticas, cenográficas, para interessar o seu público. É aliás uma faculdade que não possui quem quer. E daí o ressentimento dos desherdados.

Por outro lado nada há que nos faça duvidar da probidade de Massenet. Fazendo música, tinha de ser o que foi e não outro. A sua arte foi pessoal, sincera, autêntica, no género para que o seu temperamento, a sua formação, a sua convicção, o levaram.

Não direi que foi um génio, mas foi um talento brilhante.

Serviu a Arte do seu país com o seu caracterizado «charme», o seu natural e experiente «savoir faire», isto é, com os predicados que tinha de espírito, de elegância, de sentimento e, portanto, com todo o seu bem próprio, sem dele se despojar, sem ter vestido o alheio. E foi eminentemente francês. Em bom sentido, um grande «commis-voyageur» da música do seu país, como Gounod, como Bizet.

Deve repetir-se que nunca nenhum artista desdenhou o êxito, como não escapou nenhum à acusação de o ter procurado, de o ter forçado, desde que triunfou. É sabida a acusação feita por Nietzsche a Wagner, ídolo da véspera — a de haver prostituído a sua Arte à vulgaridade dos públicos burgueses de Bayreuth. A acusação foi falsa, mas os públicos de Wagner estão muito longe dos que ele imaginava na sua tentativa de ressurreição do grande e religioso espectáculo da tragédia grega, da multidão associada à celebração da poesia, da música e da dança.

Mas o desdém maior, chegado ao nosso tempo, caiu sobre a então chamada «jovem escola italiana», que procurava categoria para a successão de Verdi — a dos depois apelidados «horrores do verismo», obra dos «bandos puccinianos, leoncavallescicos e mascagnescos», na linguagem irreverente de André Coeuroy.

Como aconteceu em toda a parte, os primores da escola, que nada tinha de escola — são bastante autónomos os artistas de tal corrente — foram aplaudidos pelo nosso público até ao delírio, mercê da interpretação também por artistas que foram muitas vezes os criadores das obras na Itália.

A primeira ópera do género foi naturalmente a *Cavalleria Rusticana*, que hoje mantém o prestígio público e o encantamento de sempre, mas sobre a qual incidem teimosamente os ataques desdenhosos da crítica, muito influenciada aliás pela velha opinião de Hugo Riemann, que a chamou uma «opereta trágica». Em tal tempo a própria crítica se lhe rendeu, como entre nós a de Moreira de Sá, apenas arrastada a amesquinhar a obra posterior do autor da *Iris*, em todo aquele período condenado ao «capo lavoro», à obra-prima que ninguém lhe reconhecia, apesar de não ter afrouxado na produção de óperas recebidas com acolhimento vário, mas nenhuma com êxito que se aproximasse ao da *Cavalleria Rusticana*.

Nós, os rapazes de tal tempo, líamos com sofreguidão o que se escrevia de Mascagni, para bem e para mal. Por fim era mais para mal que para bem, o que publicamente foi dando lugar ao triunfo de Puccini. E acreditámos que o Mascagni ia ficar o autor casual duma única obra como o Leoncavallo dos *Palhaços*.

O *Amigo Fritz* não foi estreado em S. Carlos, como também o não foram os *Palhaços*. Foram primícias ouvidas no antigo Teatro D. Amélia a uma modesta companhia e só mais tarde se deram em S. Carlos — os *Palhaços* em 1896 e o *Amigo Fritz* em 1906.

Contra esta última saiu a campo Mello Barreto, que eu já recordei como crítico competentíssimo das *Novidades*, onde deixou crónicas da vida artística de S. Carlos, bem mais dignas de ficarem em livro que as do Sr. An-drad, crítico da *Batalha*.

Mas, por minha parte, com o testemunho das audições que me tem permitido a radiofonia, vejo hoje que Mello Barreto não deixava de ser faccioso no seu entusiasmo pela escola francesa que, em resumo, era Massenet, porquanto das óperas francesas, antes da empresa Anahory, apenas se conheciam, por assim dizer, a *Mignon* e o *Hamlet*, de Ambroise Thomas, a *Carmen*, de Bizet e a bela obra de Saint-Saëns, *Sansão e Dalila*. O *Amigo Fritz*, reposto recentemente, não é uma grande obra, mas tem o seu interesse. Não vale menos que a *Bohème*. Representou da parte do autor uma tentativa simpática de renovação de quem em tal conjuntura mais facilmente seria inclinado a dar aos seus públicos segundas edições de *Cavallerias*, como fez Puccini com a sua festejada tetralogia *Manon Lescaut / Bohème / Tosca / Butterfly* e mais tarde com a *Turandot*. Quando saiu dessa fórmula, também o êxito mingouou. E pode aplicar-se ao *Amigo Fritz*, «bluette» musical, italianamente tecida sobre a «bluette» teatral outrora muito representada entre nós, de Erckmann-Chatrian, o apodo de ópera verista?

A autêntica obra-prima de Mascagni, produto de nova tentativa de renovação, foi a *Iris*, que, com um poético «libretto» de Illica, mas abstrusamente ingénuo e simbólico, foi estreada em Roma em 1898, com o êxito com que ali foram recebidas todas as óperas de Mascagni, ídolo sempre do público de Roma — inclusive as faladíssimas *Máscaras*, ópera do género bufo, pateada e assobiada escandalosamente nos outros seis teatros de Itália, em que ela se estreou, simultâneamente na noite de 17 de Janeiro de 1901. A *Iris* chegou a Lisboa na temporada de 1900/1901, em que S. Carlos era regido pelo maestro Campanini, e veio com todo o reclamo que a casa Ricordi sabia fazer às obras que lançava. Foi esta, por sinal, a única ópera de Mascagni editada pela casa Ricordi. Todas as outras, à excepção da *Amica* e do *Nerone*, foram edições de Edoardo Sonzogno, o Mecenas interesseiro de quase toda a jovem escola de tal época e introdutor na Itália de grande parte do repertório francês.

Assim se estreou a *Iris* em Lisboa, com natural interesse dos «diletanti», aguçado pela exposição nas montras das casas de músicas de colecções de postais ilustrados exòticamente com cenas da ópera e frescura de nus que então escandalizava o nosso provincianismo pa-

cato. E parece que também o puritanismo americano. Escreveram os jornais que na América tinha sido proibida por imoral, na exibição da pobre *geisha* semi-nua em local de encontros galantes da cidade japonesa de Yokohama.

Musicalmente apreciada em Lisboa com justiça por um ou outro verdadeiro amador, no seu hino do sol, na serenata do tenor, em nada inferior à *Siciliana* da *Cavalleria*, no dueto de Osaka e de Iris do segundo acto, na patética canção do «Polvo», no prelúdio impressionista do terceiro acto, no diálogo verista dos trapeiros, no final, em que o hino de sol era sumptuosamente retomado, não logrou o interesse que na mesma época teve a *Tosca*, de Puccini. Por isso a empresa não insistiu nela na época seguinte. Voltou à *Tosca*, que pouco depois passou ao Coliseu, onde teve uma popularidade maior que a da *Bohème* ainda. O drama interessava, foi posto com propriedade e luxo, uma autêntica igreja de Santo Andrea del Valle, onde se via uma imponente procissão fechada com o hino ambrosiano «Te-Deum, laudamus», e um autêntico castelo de Santo Ângelo, onde se mostrava a cúpula de S. Pedro a quem ainda a não tinha visto, sequer em cinema, e havia o arripiante espectáculo de um fuzilamento em cena.

A *Iris* só mais tarde voltou a S. Carlos com o êxito discreto da estreia. Mascagni aparecia ao nosso «dilettante» como o mais wagneriano dos seus pares — o que estava longe de ser uma recomendação para quem só recuadamente lhe pedia a «melodia», muita «melodia», da tradicional ópera italiana; e esta era dada sobretudo pelo Puccini da valsa de Musette e da romanza do terceiro acto da *Tosca*, depois trauteada e assobiada por todas as ruas, mais do que hoje a *Chiquita Bacana*...

Cantou-se a *Iris* no Coliseu em 1920, também com discreto êxito que não tem animado os empresários a repô-la. Há um mês foi dado em S. Carlos, no espectáculo de gala em honra do Chefe do Estado espanhol, o seu maravilhoso hino do sol, que sofreu o desinteresse que sofrem sempre todas as obras exibidas em noites, cujo espectáculo está mais na sala que no palco ou no recinto da orquestra.

Em 1898 estreou-se em S. Carlos outro compositor, o mais autênticamente verista da sua geração; Umberto Giordano, recentemente falecido. Foi com o *André Chénier*, seguido em 1900 da *Fedora*, com êxito crescente. Mais tarde, a *Sibéria* não foi compreendida, quer pelo público, quer pela crítica. Foi todavia a obra mais festejada pela crítica francesa, quando da exibição dalgum do moderno repertório italiano de então em Paris, por iniciativa de Edoardo Sonzogno.

Com possível injustiça não foi tão-pouco compreendida a obra contemporânea de Alberto Franchetti, de quem se cantaram em S. Carlos as óperas *Asrael* e *Germania* e creio que também o *Cristoforo*

Colombo, que não encontrei na resenha do Benevides, embora a tivesse visto no «cartellone» da temporada de 1907/1908.

Alberto Franchetti, ou o barão Franchetti, foi, nos seus primeiros tempos, geralmente conhecido como o mais sabedor dos seus comparses. Tinha todavia a fama de wagneriano, estudara na Alemanha, o que fizera dizer um dia a Verdi — contavam: «Questi la sa sul serio, ma non avrebbe dovuto studiare in Germania» (Este sabe-a a valer, mas não deveria ter estudado na Alemanha). É claro que em nada recomendava a música de Franchetti aos nossos «dilettanti» tal pecha que a crítica do tempo via aliás no Mascagni da *Cavalleria* e da *Iris*, e até no inofensivo Leoncavallo dos *Palhaços*, devedor sobretudo a Verdi, a Ponchielli ou a Massenet, a não ser que se tome o *Vesti la giubba* como reminiscência do tema de Hans Sachs. Entretanto o próprio Melo Barreto notava em Franchetti falta de inspiração, embora reconhecesse nele uma sólida ciência da arte de compor, o que confirmava o que se dizia — que, quando Verdi tinha sido convidado para escrever a ópera comemorativa do descobrimento da América, o venerando Mestre declinara a incumbência em Franchetti.

Injustiça também se fez em S. Carlos a Catalani. Cantou-se ali, já em 1910, com a empresa Anahory, a *Vally*, regida por Leopoldo Mugnone, que dizem ter sido grande regente, mas muito mal educado. Pois S. Carlos não soube ouvir a obra maravilhosa do malgrado Mestre que, se tivesse vivido, teria talvez conquistado o primado da sucessão de Verdi. Há nele, por sinal, muito da maneira mimosa, inspirada, elegíaca, do melhor Puccini, de quem era patricio, nascido também em Lucca ou na região de Lucca.

A época de 1905/1906 foi acrescentada por uma série de dezoito récitas suplementares, para os quais estou a ver os grandes cartazes que pelas ruas anunciavam a vinda a Lisboa de Ruggero Leoncavallo, para reger os *Palhaços*, Umberto Giordano, para reger a *Fedora*; do famosíssimo compositor sacro Don Lorenzo Perosi, para reger as suas oratórias *Mose* e *Risurrezione di Lazaro*. Vinham ainda Camillo Saint-Säens executar música sua no piano e no órgão e um jovem violinista, Franz Von Vecsey.

Os jornais falaram muito no caso, tanto como hoje falaria dum az do *écran* ou dum esmurrador de narizes, artífice da «nobre arte» — desculpe-me a ironia algum admirador de tal arte, aqui presente. Em tempo de tal e de correlativo atraso de calendário e de gostos, os nossos hóspedes foram entrevistados. Leoncavallo contou por miúdos toda a génese feliz dos seus *Palhaços*, cujo entrecho não era nada plagiado de Catulle Mendès, mas reminiscência sua, muito pessoal, dum caso da sua meninice, ocorrido na Calábria, onde o pai fora juiz — o que concordava com a letra do prólogo: «*Un nido di memorie*»...

Eu tive ocasião de o ver. E gostei de ter sob os meus olhos, lá do *galinheiro* para o «podium» do director da orquestra, um desses «internacionais» da ópera, embora tivesse ficado desiludido com os *Pa-lhaços* dessa noite. A Nedda estava doentíssima. O barítono era o Kaschmann, muito encasacado, mas já diminuído de recursos vocais. O tenor era o Viñas, grande cantor wagneriano e pau para toda a obra, que nessa noite não esteve muito feliz. E a regência era mole, pachorrenta como a dum metronomo muito igual, de pesados movimentos. O meu melhor lucro foi o de ter ficado a dizer que tinha visto o Leoncavallo.

Melhor êxito tiveram depois Giordano e Perosi. Este, sobretudo, que foi apreciado favoravelmente pela crítica. Para o público o espectáculo esteve um tanto em ver um sacerdote, com o seu cabeção e volta, na regência do teatro.

Camilo Saint-Saens, esse vi-o e ouvi-o também. Ainda hoje considero dos grandes momentos da minha vida aqueles em que tive diante de mim o genial compositor do *Sansão e Dalila*, a quem estou vendo sentar-se ao piano do teatro, depois duma profunda vénia às Majestades, e tocar recolhidamente a sua *África*, com acompanhamento da orquestra regida por Mancinelli. Não era a primeira vez que nos visitava nem foi a última. Tinha estado cá em tempos do Sr. D. Luís, a quem, parece, era dedicada uma pequena composição para piano, que ele deixou, chamada *Une nuit à Lisbonne*. Nunca a ouvi.



Eu, como sou espírito de contradição, confesso que tive e tenho o meu fraco por estes compositores do verismo, acusados de deturpadores da dignidade da música e de sacrificadores da sua arte aos gostos vulgares dos públicos. Há quarenta anos era Puccini o mais alvejado pela campanha de «ratés» de todos os países, incluindo o seu. E ele doía-se. Nós, os que estamos aqui e que juntamos ao amor de Lisboa o da música, que durante século e meio ela tem preferido sob um sol que faz de cada auditivo um concomitante visual, vivemos o bastante para verificar que a posteridade começa a ser mais justa para Puccini que a crítica estreita do seu tempo, a qual só desarmou quando o viu morto.

Mascagni, Giordano morreram, entretanto, mas estou certo de que o caso de cada um deles será julgado em próximo tempo mais favoravelmente que nas opiniões da geração que lhes sucedeu. Não estendo muito a posteridade para estas coisas porque, ou a música volta a ter alma e nervos de gente humana, não envergonhada de sentir e de confessar o que sente, ou o teatro lírico tem os seus dias contados.

Eu quero precisar a minha opinião neste capítulo, declarando que da tríade dos primeiros sucessores de Verdi destaco este Mascagni, que é talvez inferior a Puccini como compositor teatral — basta não ter sabido escolher os seus libretos, tudo fiando da sua música — mas por isso mesmo mais músico, mais dotado de sopro melódico, de musicalidade instintiva que lhe borbota irreprimida, exuberante, enfática, se quiserem, elefantiásica, agressiva, barroquíssima, mas sincera, quente, sensual, simpática e por fim comunicável. Escreveu um dia um poema sinfónico, chamado *Olhando a Santa Teresa de Bernini* e alguém lhe aproximou a personalidade da do famoso architecto e escultor da Roma barroca, que tanta vez nos irrita, quando também por vezes nos agrada.

É de sentir que, em vez do *Amigo Fritz*, que, pela lei do menor esforço parece ir ser repetido este ano em S. Carlos, não nos seja dada a *Iris* ou a *Isobeau*.

E quero falar também de Umberto Giordano, que não suplanta Puccini nem Mascagni, embora isso se dissesse e se escrevesse muito entre nós, há quarenta anos — é ler as opiniões de Alfredo Pinto (Savém). É-lhes inferior em comunicabilidade e na teatralidade fácil, mas é dotado dum justo equilíbrio e duma cerebralidade sóbria — que todavia o não impediu de escrever as «trouvailles» do *André Chénier* (*Com'un bel di di Maggio*) ou da *Fedora* (*Amor ti vieta*) e de atingir as culminâncias da expressão dramática em certas cenas de qualquer destas suas duas óperas, há quarenta anos muito repetidas no repertório de S. Carlos, ao qual recentemente voltaram, a desmentir a frase feita de que na Itália, depois de Verdi, só há Puccini.

Citei, por acaso, trechos de óperas que eu gostaria de fazer ouvir a VV. Ex.^{as} pelas autênticas vozes duma Darclée, a criadora da *Tosca*, que mais tarde, na decadência, veio cantar no Coliseu; duma Bellinioni, que criou a Santuzza da *Cavalleria Rusticana* — autêntica trágica da cena lírica, que S. Carlos ouviu e viu na *Fedora* e noutras óperas; da Krucenisky que reabilitou a *Butterfly* do seu desastre de Milão e que também criou em S. Carlos. Gostaria de lhes dar a voz metálica, quente, maleável, extensa, de Enrico Caruso, com quem S. Carlos delirou no «*Amor ti vieta*», da *Fedora*; no Mário, da *Tosca*; no Radamés, da *Aida* — no Duque de Mântua, do *Rigoletto*; mas só por uma época, porque depois a América monopolizou-o. Quereria dar-lhes, no mesmo desejável complemento da nossa palestra, a voz privilegiada, incisiva, agressiva, de Titta Rufo, no *Hamlet*, sua coroa em S. Carlos; as de Giraltoni, Ancona, Borgatti, Anselmi, Bonci, De Lucia, Viñas, Krismer; mas, como disse, assustaram-me com a antiquada gravação mecânica dos respectivos discos, hoje dificilmente tolerável, e com o próprio problema acústico da sala para uma audição, que apenas interessaria

impecável. De contrário incorreríamos numa difamação póstuma de voves que não no-la merecem.

Era costume em tal tempo acenarem-nos os velhos com as celebrações vindas a S. Carlos antes de 1890. Acenarei agora a VV. Ex.^{as} com mais algumas dos tempos dos Herdeiros de Campos Valdez, Freitas Brito, Pacini e Anahory. Em maestros os dois Mancinelli, o Marino e sobretudo o Luís, o Bimboni, o Goula, o Ferrari, o Campanini, casado com a famosa Eva Tetrazzini, criadora da *Serrana*; o Lombardi, o Xavier Lerroux, autor do *Chemineau*; o Mugnone, que estreara a *Cavalleria Rusticana* em Roma; o Mascheroni, que estreara o *Falstaff* em Milão. Em cantores lembrarei as portuguesas Maria d'Arneiro, filha adoptiva do Visconde de Arneiro, amador de vulto, autor de óperas; Maria Júdice da Costa; o Gabrielesco, do *Otello*; o Masini, sucessor do Gayarre; o baixo Uetam; a Bonaplata; a Fausta Lábria, a Teresa Arkel; a Cesira Ferrani, criadora, na Itália e em S. Carlos, da Mimi da *Bohème*; a Marchesini, que trisou em S. Carlos a chamada valsa da *Bohème*, na estreia da ópera; a Giacchetti, que trisou a romanza «In quelle trine morbide», da *Manon Lescaut*, de Puccini; a Litvine, que era francesa; a Parsi; a Penchi (de quem já falei) e a Mantelli, que ficaram por cá; o Giraud, que criara o Cânio, dos *Palhaços*; a Stehle, que criara a Nedda, da mesma ópera; o tenor catalão Palet, que veio mais tarde ao Coliseu, velho, mas ainda afinado e de bom timbre de voz; o De Luca; o depois famoso Stracciari, barítono do *Rigoletto* na memorável noite de S. Carlos de 1903, com Caruso e a Pacini; os baixos Pereló e Torres de Luna, que dava um belo filósofo da *Bohème*; a Ema Carelli, intérprete notável da *Tosca* e da *Iris*, criadora da *Adriana Lecouvreur*, de Ciléa, esposa mais tarde do empresário Walter Mocchi e morta por um desastre de viação; o Zenatello, de voz estrídula, mas simpática, criador do Pinkerton, da *Butterfly*; o Pini Corsi, soberbo barítono cómico, criador do Ford do *Falstaff* e, entre nós, do Beckmesser, dos *Mestres Cantores*; a Pandolfini, grande trágica também, filha dum Pandolfini, igualmente celebrado na geração anterior, o Renaud, da ópera de Paris, que criou em S. Carlos a *Damnation de Faust* e cujas unhas mefistofélicas fizeram sensação. S. Carlos ouviu-lhe uma tremenda fífia na romanza da estrela do *Tannhäuser*, mas respeitou-o. Lembrarei ainda porque tenho o remorso das omissões, embora o deva calar por dó de quem me ouve: Mas já agora direi ao acaso: o Bonini, o Navarrini, a Gagliardi, o Schiavazzi, o Cirino, o Carpi, o Galeffi, o Nanni, a Pasini-Vitale, a Lukaceska, a Bianchini-Capelli, a Maria Farnetti, a Rosina Storchio, que veio mais tarde ao Coliseu, de voz muito gasta, mas que, deu histrionicamente uma Manon inimitável; a Marguerite Carré, os barítonos Bourbon e Viaud, o Lequien, a Héglon, que tinha uns assombrosos graves de boa contraíto e que eu ouvi na *Navarraise*, de Massenet.

E já agora lembrarei a galante Lina Cavalieri, que certo dia trouxe o «music-hall» pela cena lírica, mas que o público de S. Carlos de 1900 não tolerou. E a crítica então disse coisas feias à empresa.

Quanto a repertório, se continuámos sem as óperas muito gabadas — aliás legitimamente — pela crítica sabedora, como o *Fidelio*, de Beethoven, as de Mozart, Gluck e Weber, S. Carlos, na sua tradição de satélite da arte lírica italiana, foi-nos dando, com algumas reposições de obras antigas, os êxitos correntes dos teatros de Itália, uma ou outra ópera francesa, uma ou outra de Wagner e umas três ou quatro de autores portugueses.

Assim se foram ouvindo, com maior ou menor êxito, menor ou maior enjão, a *Lakmé*, de Delibes; a *Estrela do Norte*, de Meyerbeer; a *Mala Pasqua*, de Gastaldon, com o mesmo assunto da *Cavalleria Rusticana*; o *Frei Luís de Sousa*, de Freitas Gazul; numa mesma época o *Navio Fantasma* e o *Tannhäuser*, de Wagner; o *Freischutz*, de Weber; *Irene*, de Alfredo Keil; *Sansão e Dalila*, de Saint-Saëns; *Mario Wetter*, de Augusto Machado; *Serrana* de Keil; *Bohème*, de Leoncavallo; *Mestres Cantores*, de Wagner; *Hero e Leandro*, de Mancinelli; *Adriana Lecouvreur*, de Ciléa; *Demonio*, de Rubinstein; *Manuel Menendez*, de Filiasi, e *Cabrera*, de Dupont, prêmios dum Concurso Internacional de Ópera da casa Sonzogno; *Zazà*, de Leoncavallo; *Louise*, de Charpentier; *Amor de Perdição*, de João Arroyo; *Tristão e Isolda*, de Wagner, *Paolo e Francesca*, de Mancinelli; *Hansel e Gretel*, de Humperdinck; *Chemineau e Reine Fiammette*, de Xavier Leroux; *Salomé*, de Ricardo Strauss; *Borghesina*, de Augusto Machado; *Légende du Point d'Argentan*, de Fourdrain; *Fortunio*, de Messenger; *Contos de Hoffmann*, de Offenbach e todo o ciclo da *Tetralogia* de Wagner.

Entre as principais reposições de todo esse período devem destacar-se as do *Orfeo*, de Gluck; do *Hamlet*, da *Cenerentola*, dos *Capuleti e Montecchi*, de Bellini; da *Italiana em Argel*; da *Força do Destino*; do *D. João*, de Mozart, só repetida depois disso, recentemente; do *Profeta*, das *Vésperas Sicilianas*, da *Semiramis*, da *Norma*, do *Nabucco*, do *Juramento de Mercadante*, que foi mal recebido; do *Ernani*, dos *Lombardos*, do *Don Carlo*, que foi, por sinal, a primeira ópera que eu ouvi em S. Carlos, na qual havia a romanza do baixo *Ella giammai m'amò* — uma das melhores coisas do Verdi de tal período.

Falámos, pois, muito dos triunfadores e dalguns dos vencidos das lides artísticas do palco de S. Carlos no período que foi principalmente o de José Pacini, creio que o único da vida do nosso teatro lírico, em que ele se bastou e deu dinheiro ao empresário, sem subsídios do Estado, com as receitas que caudalosamente iam para a bilheteira de algumas dezenas de contos de tal tempo, desde que em princípios de Novembro de cada ano se abria ali a assinatura para cinquenta récitas

ordinárias, desdobradas em pares e ímpares, e mais umas vinte e tantas extraordinárias destinadas às primeiras representações. — Era obrigatoriamente precedida duma notícia de que o senhor comendador José Pacini tinha estado no paço das Necessidades a apresentar a Suas Majestades o elenco e o repertório da companhia lírica que até ao cumprimento de tal pragmática por uma espécie de intendente de teatro de corte eram teòricamente secretos.

A publicidade vinha depois. As paredes e os muros de Lisboa enchiam-se então muito de cartazes teatrais. Papel e impressão eram baratos, o imposto de selo não assustava e havia casas especializadas para o género, que eram, na rua do Ferregial e aqui na Calçada do Sacramento, se não me engana a memória destas pequeninas coisas. Assim, por tal dia dos começos de Novembro liamos curiosamente, em profusos cartazes — a que não escapava a muralha do Carmo, afor-moseada certo dia para as visitas de vários Chefes de Estado — o elenco e o repertório de S. Carlos.

Estou vendo saudosamente o comprido «cartellone» de cada ano em tempo tal, impresso a azul escuro sobre branco, com as suas letras ao alto, sob uma coroa real: «Real Teatro de S. Carlos — Empresa Pacini — Grande Companhia de Opera Lírica». E vinham com os apelidos em maiúsculas de maior corpo antepostos aos nomes próprios, segundo a moda italiana, os sopranos e meio-sopranos, os tenores, os barítonos e os baixos, por ordem alfabética nos respectivos naipes, e com a indicação importante da sua última actuação, que era quase sempre algum dos grandes teatros de Itália, algumas vezes o Real de Madrid, o Liceu de Barcelona, a Opéra ou Opéra-Comique de Paris, o Théâtre de la Monnaie, de Bruxelas. Ao cimo de todo este elenco, o director da orquestra, que, em certos anos, foi o Campanini, o Lombardi, mas com mais justa persistência e agrado aquele que Wagner chamava o Garibaldi das Orquestras — Luigi Mancinelli — que veio a Lisboa no tempo do Pacini quatro épocas, e mais tarde ali voltou em 1920, pouco antes de ter falecido. Fez ali cantar duas óperas suas: *Ero e Leandro* e *Paolo e Francesca*; e creio que duas oratórias: *Isaías* e *Santa Ignês* — mas com o chamado êxito de estima que se traduz por umas tantas palmas, umas tantas notícias de imprensa e nada mais. Injustamente talvez o mundo apenas viu nele o grande regente orquestral e o compositor da abertura da *Cleopatra*.

Do repertório eram dadas as óperas novas, que de 1897 a 1908 foram as que eu já enumerei, que nem sempre satisfaziam os críticos dos jornais, que eram muitos, pois nessa Lisboa de há quarenta anos havia uma média de vinte jornais diários, muitos de vida precária, mas que se sucediam, proliferando por vezes — o que representava uma vida jornalística, intensa e animada de prestígios pessoais de fundistas, de cronistas, de críticos, que hoje não existe. E cada um

desse jornais tinha o seu crítico. De entre todos eu destaquei sempre Melo Barreto. Mas também lia muito o Júlio Neupartn, do *Diário de Notícias* e o Agostinho Franco, do *Século*. E aí por 18 de Dezembro aparecia o pequeno cartaz do espectáculo de cada noite, que ia até 21 ou 22 de Março, em que se anunciava a «*Despedida da Companhia*».

Tal período de três meses alcançava normalmente duas récitas de gala: a do 2 de Janeiro, da abertura das Cortes, e a do 21 de Março, aniversário do Príncipe Real D. Luís Filipe. As Majestades tomavam lugar na tribuna. Executava-se o hino nacional, que era o da Carta, alegre e mavórtico, composição do próprio senhor D. Pedro IV, que, já agora, por tal título merece ser citado nestas palestras, ou seja pelos seus méritos de compositor — e não apenas pelos patacos que lhe foram atirados à cara.

Agora, à entrada de Suas Majestades na tribuna, um cavalheiro que, creio, era usualmente ou algumas vezes o presidente da Câmara, soltava os vivas do estilo. Respondia-lhe adequadamente um ou outro da assistência de damas e cavalheiros, elas previamente decotadas e eles previamente encasacados.

Estas as usuais récitas de gala. Mas outras houve, de maior relevo e que constituíam às vezes o isco para alguma assinatura suplementar — as récitas de gala em homenagem aos Chefes de Estado, que então nos visitaram. Não se limitava a assistência das récitas de gala aos convidados oficiais ou era a respectiva lista mais moderada que as de hoje.

Em Abril de 1903 houve a récita de gala em homenagem a Eduardo VII. Chegaram a oferecer-se cem mil réis por camarote. Cantou-se o *Barbeiro de Sevilha*, com Regina Pacini e Constantino.

Em Dezembro do mesmo ano veio Afonso XIII. A récita de gala foi com a *Fedora*, que então se dizia *Fédora* por horror à cacofonia, que aliás se não evitava. Foi cantada por Marie Lafargue e Fernando De Lucia. Esta Marie Lafargue era uma cantora francesa, que tinha o seu talento, mas sobretudo beleza — o que, para o portuguezinho de S. Carlos, valeu sempre mais que o talento de cantante. Tinha todavia um irritante ou engraçado buço que lhe sombreava superiormente a boca. E esta conversa se ouviu uma noite à saída do alpendre para algum trem dos que ali levavam e iam buscar os ricos frequentadores ou os que tal luxo se permitiam:

— Bonita? — Contradizia certa dama para o jovem cavalheiro que a acompanhava. Só aquele horrível buço...

— Horrível, não... Encantador... Melhor se lhe prendem os beijos... — era a resposta do jovem cavalheiro.

A propósito de *Fedora*, escolhida para a récita de gala em honra

de Afonso XIII, lembro-me de que chegou a haver um debate na Câmara dos Pares sobre tal escolha. Hintze Ribeiro, então Presidente do Conselho, justificou o caso: A *Fedora* não tinha sido cantada ainda em Madrid e constituía portanto uma novidade de interesse para o nosso hóspede.

A última grande récita de gala de tal importância foi em honra do imperador da Alemanha, Guilherme II, que diziam grande admirador de Leoncavallo, a quem, por tal tempo, incumbira de escrever uma ópera de assunto alemão, que se chamou *Rolando de Berlim*, anunciada em 1905 no cartellone do Coliseu, mas da qual apenas a sinfonia de abertura foi executada em Lisboa em Março de 1906, sob a direcção do próprio Leoncavallo, e em S. Carlos. Essa admiração pelo autor dos *Palhaços* do mavórtico Kaiser, que estou ainda a ver, reclinado no coche de D. João V que o conduziu do Terreiro do Paço a Belém, ao lado do nosso D. Carlos, influiu talvez na escolha dos *Palhaços*, com a inseparável *Cavalleria Rusticana*, para a récita de gala em honra do Imperador, a cuja visita se deveu o arranjo actual do Campo dos Mártires da Pátria, até então pejado com um ignóbil mercado, mas que num dos palácios da periferia alojava a legação alemã.



Eu deixaria incompleta esta resenha de coisas que vi e li de tal tempo, se a limitasse aos espectáculos de ópera de S. Carlos, porque não se cantava ópera apenas em S. Carlos.

De facto, nos primeiros anos do actual século, a ópera do Coliseu, do empresário António Santos, que por tal título logrou a honraria de Comendador, marcou brilhantemente na vida e na cultura musical da cidade. Para o lisboeta de então a ópera era a forma mais culta da arte musical.

As companhias líricas do Coliseu começaram aliás por modestas. Vinha a Lisboa em sábado de Aleluia, com certa repetição, uma companhia que noutras épocas do ano deambulava pelos teatros de segunda e terceira ordem de Espanha, que era a Companhia Giovannini.

Mas o arrojado António Santos, que o era em tais coisas, passou a ser ele o organizador das suas companhias e, assim, nos domingos de Ramos de cada ano eram por nós esperados os cartazes anunciantes da época de Primavera: letras berrantes sobre cores italianas diziam-nos: «Grande Companhia de Ópera Italiana organizada por António Santos».

Não darei novidade a alguns de VV. Ex.^{as}, lembrando que durante alguns anos o grande nome de cartaz do Coliseu era Maria Galvany, que veio a Lisboa pela primeira vez em 1901, se não estou em erro, e

com êxito tal que fez esquecer as suas predecessoras no género ligeiro, a que pertencia, e pesou sempre sobre as que lhe sucederam ou com ela alternaram: Elvira de Hidalgo, Isabella Svicher, Mercedes Cap-sir, etc.

Outra cantora veio em começo de século ao Coliseu — apenas duas épocas — sem grande voz, mas actriz exímia, de quem já uma vez aqui falei — Rosa de Vila. Não era jovem, mas parecia-o. E por ela nos apaixonámos, quase todos os rapazes do meu grupo.

Não vale a pena repetir o que já contei aqui uma vez em tal capítulo, mas recordarei que causou o suicídio dum rapaz conhecido em Lisboa,

O que é indiscutível é que fez no Coliseu uma *Tosca*, nunca depois excedida; uma *Fedora* imponente e impressionante; uma vibrante Santuzza, e uma notável Zazá, na protagonista da ópera de Leoncavallo, que ela criou em Lisboa, com êxito mais pessoal, seu, que da obra estreada.

Cantou no Coliseu a *Serrana*, com agrado mais clamoroso que o obtido em S. Carlos pela famosa Eva Tetrizzini — o que não quer dizer que a tivesse cantado melhor. Simplesmente os públicos eram outros. A sala de S. Carlos raras vezes vibrava. O pano fechava-se muitas vezes sem uma palma e em tempos velhos as pateadas de S. Carlos assustavam os artistas como sentenças de morte para a sua carreira. No Coliseu não se pateava. A «claque» era aguerrida e sabia atizar o fogo do entusiasmo — que, aliás, era sincero muitas vezes. É hoje um capítulo das minhas saudades. Eu em S. Carlos ouvia lá no *galinheiro* pessoas mais velhas e calava. No Coliseu nem ouvia nem calava. Falava e opinava com ligeirosa maior que a de hoje. Não precisava, pelo menos, de papel para repetir, sem lapso de maior, estas coisas escrevinhadas de memória sobre casos e figuras que podem não interessar hoje a gente mais nova, mas que interessaram os velhos e moços da Lisboa de então, do aristocrático, burguês e invernal teatro de S. Carlos e do seu competidor plebeu das temporadas de Primavera. Já então almejávamos por um amplo e bem proporcionado teatro lírico popular, que Lisboa ainda não tem. Falta-nos o número e o dinamismo dos que tornaram imperativo o louvável erguer dum grande estádio nacional.

E ponho ponto na «parlenda», como dizia o velho Filinto Elísio, porque estou a cair em dois pecados: — o da inveja do bem alheio, que é coisa muito má, e o do abuso da paciência alheia, que não merece menor castigo...

NOTA — Como a anterior, esta conferência foi ilustrada por projecções de fotografias, caricaturas e cromotipias.

(Continua)

COMPANHIA ALCOBIA

Fornecedores dos melhores
e mais lindos mobiliários

Cómodas de estilo — Porcelanas de Saxe — Espelhos de Veneza — Candeeiros de
cristal, de ferro forjado e de madeira — Tapeçarias — Marquises e volles suços
Carpets de lã

COMPANHIA ALCOBIA

R. Ivens, 14 (esquina da R. Capelo)
TELEFONE 26441

ATENÇÃO

A OURIVESARIA

Miguel A. Fraga, L.^{da}

RUA DA PALMA, 26-28

Participa aos seus amigos e
Clientes que já se encontra
nas novas instalações, no

PAVILHÃO DOS OURIVES

Largo Martim Moniz, 18

onde continua a vender,
OURO, PRATA E JÓIAS
a baixos preços.

— Telefone 2 8503 —

103

ANOS

... a editar e a vender livros

PARCERIA

ANTONIO

MARIA

PEREIRA

RUA AUGUSTA, 44 a 54

Telef. 31730 End. telegr. PARCEPEREIRA

VIDROS E CRISTAIS

Especializada no fabrico de vidros para iluminação
e de frascaria para perfumaria a laboratórios

GAIVOTAS, L.^{DA}

FÁBRICA FUNDADA EM 1881

Rua das Gaiotas, 10 a 24

Telefone P. B. X. { 63176
63177



151, RUA DO SALITRE, 155
TELEFONE 53173/4 • LISBOA

ÂNGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES
PROJECTOS DE ESTABILIDADE
BETÃO ARMADO

Av. Oriental do Parque Eduardo VII, 14, r/c.-E.
TEL. 4 9313 — LISBOA

Rua Fonseca Cardoso, 20, 2.º
TEL. (provisório) 5150 — PORTO



Escolhe-se o melhor quando se escolhe um ELECTROLUX

Electrolux, Limitada

LISBOA

SEDE E EXPOSIÇÃO

R. Pascoal de Melo, 7

Telefs.: 48378 / 50516 / 54130

EXPOSIÇÃO

Av. da Liberdade, 141

Telefs.: 28246 / 32901

ESTORIL

COSTA DO SOL

A 23 QUILÓMETROS DE LISBOA ↘ EXCELENTE ESTRADA MARGINAL

Rápido serviço de comboios eléctricos—Clima excepcional durante todo o ano

Todos os desportos: Golf, (15 buracos), Ténis, Hipismo, Natação, Esgrima, Tiro, etc.

Estoril-Palácio-Hotel: Moderno e elegante—Magnífica situação

Hotel do Parque: Todo o conforto — Anexo às termas.

Monte-Estoril-Hotel: (antigo Hotel de Itália) completamente modernizado

Estoril-Termas: Estabelecimento Hidromineral e Fisioterápico, Análises Clínicas — Ginástica Médica — Maçagens.

Tamariz: Magníficas esplanadas sobre o mar, Restaurante-Bar.

PISCINA de água tépida — SALA DE ARMAS

ESCOLA DE EQUITAÇÃO — STAND DE TIRO

CASINO:

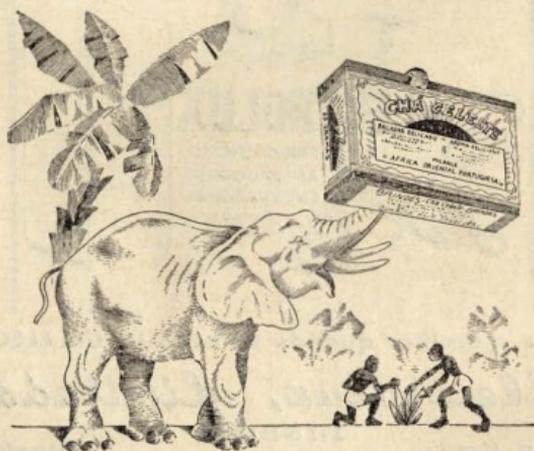
Aberto todo o ano

Cinema — Concertos — Festas

Dancing — Restaurante — Bars

Jogos autorizados

Informações: Soc. Propaganda da Costa do Sol — ESTORIL



Os «Amigos de Lisboa»

Preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO

Uma COMPANHIA DE SEGUROS que honra Lisboa

CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161/Telef. 2 4264-65 P. B. X./LISBOA
Rua Sá da Bandeira, 166/Telef. 1361 P. B. X./PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para

HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos
ON PARLE FRANÇAIS ENGLISH SPOKEN

Sociedade Geral

de

Comércio, Indústria e Transportes

LISBOA

Carga e expediente: **Rua do Comércio, 39** Telefone: 30551

FRÓTA

n/m ÁFRICA OCIDENTAL	1.504 T.	n/m COLARES	1.376 T.
n/m ALCOBAÇA	9.437 T.	n/m CONCEIÇÃO MARIA	2.974 T.
n/v ALCOUTIM	10.526 T.	n/m CORUCHE	1.370 T.
n/m ALENQUER	9.437 T.	n/v COSTEIRO	900 T.
n/m ALEXANDRE SILVA	3.110 T.	n/v COSTEIRO SEGUNDO	490 T.
n/v ALFERRAREDE	2.118 T.	n/m COSTEIRO TERCEIRO	1.426 T.
n/p ALFREDO DA SILVA	3.643 T.	n/m COVILHÃ	1.376 T.
n/m ALMEIRIM	9.437 T.	n/v CUNENE	9.800 T.
n/v AMARANTE	12.595 T.	n/v FOCA	2.018 T.
n/m AMBRIZETE	9.100 T.	n/v INHAMBANE	9.619 T.
n/m ANDULO	9.100 T.	n/v LUSO	10.125 T.
n/m ANTONIO CARLOS	2.974 T.	n/v MARIA AMELIA	3.005 T.
n/m ARRAIOLOS	9.437 T.	n/v MELLO	6.253 T.
n/m BELAS	7.110 T.	n/v MIRANDELA	7.900 T.
n/m BORBA	7.115 T.	n/m SÃO MACÁRIO	1.221 T.
n/m BRAGA	7.110 T.	n/v SAUDADES	6.430 T.
n/m BRAGANÇA	7.110 T.	n/v SILVA GOUVEIA	1.363 T.
n/m CARTAXO	1.376 T.	n/v ZÉ MANEL	1.220 T.

REBOCADORES:

«ÁFRICA», «CINTRA», «ESTORIL»,
«FREIXO», «SÃO CRISTOVÃO» «SOURE»

LANCHAS A MOTOR:

«GAROTA», «BOLHÃO», «MAQUELA»,
«CAROCHA»

34 Batelões (19 de 500 T., 13 de 400 T. e 2 de 250 T.)

24 Fragatas de (2.150 T.)

1 Barca de água (250 T.)

1 Drago «BARREIRO» com 5 Batelões de Dragadas com 80 m³ cada

EM CONSTRUÇÃO NOS ESTALEIROS DA C. U. F.

2 navios de 3.600 T. e para 52 passageiros cada

2 rebocadores de 1.200 T. cada.

CARREIRAS DE LISBOA PARA:

NORTE DA EUROPA • NORTE DE ÁFRICA • CABO VERDE • GUINÉ • ANGOLA
ARGENTINA • CHILE • ESTADOS UNIDOS • TERRA NOVA
GROENLANDIA E COSTA DE PORTUGAL

A COMPANHIA QUE MAIS NAVIOS TEM AO
SEU SERVIÇO, CONSTRUÍDOS EM PORTUGAL
NOS ESTALEIROS DA COMPANHIA UNIÃO
FABRIL NO BARREIRO E EM LISBOA

TOSSE?

